

Nesta edição - Afonso, Belli et al, Francesca Musiani, Carolina Aguerre, Rafael Evangelista, Brocas, Lanfranco & Stoll

POLITICS

Uma publicação do Instituto de Políticas e Governança da Universidade de Brasília | Ano XII | nº30 | abr-jul 2020

O Borg em todos nós

■
As plataformas e a normalização da escrotice

■
As diferentes expressões da participação multissetorial na governança da Internet

the *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* (JEA). The *Journal of Applied Behavior Analysis* is the primary journal for the field, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a secondary journal.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a peer-reviewed journal that publishes research on the application of behavior analysis to a wide range of human and animal problems. The journal is published quarterly by the Society for the Science of Behavior Analysis (SSBA).

The *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a peer-reviewed journal that publishes research on the experimental analysis of behavior. The journal is published quarterly by the Society for the Science of Behavior Analysis (SSBA).

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are the primary journals for the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both highly respected journals in the field of behavior analysis. They provide a platform for researchers to share their findings and advance the science of behavior analysis.

Esta é a 30ª edição da **POLITICS**, resultado do trabalho de quase 12 anos, por vezes teimoso, da equipe do Nupef sob condições em geral adversas de recursos, desde julho de 2008. Esta edição apresenta cinco artigos abordando temas desafiadores da governança da Internet em suas várias instâncias.

Três artigos tratam da participação multissetorial na governança da Internet. Nos textos essa característica da participação aparece com diferentes expressões como "partes interessadas", "grupos de interesse", ou ainda "pluralismo" ou simplesmente "setores".

Caracterizar o equilíbrio da participação entre os vários grupos de interesse traz desafios, particularmente quanto aos objetivos e alcance da participação. Nos processos pluralistas, um primeiro desafio é a definição estrutural desses grupos. Desde que começou a preocupar-se com o alcance da participação (especialmente no início da década de 90 e sobretudo a partir da Eco '92), a ONU tem trabalhado com quatro partes interessadas: governo, sociedade civil, comunidade técnica e setor empresarial. Esses são os grupos de referência, por exemplo, para a escolha, por parte da Secretaria Geral, dos mais de 50 membros do Grupo Assessor Multissetorial (MAG) encarregado de organizar o Fórum de Governança da Internet (IGF) a cada ano.

Um segundo desafio é a representatividade, que envolve o processo de escolha dos membros. Para ser efetivamente pluralista, mesmo dentro da "camisa-de-força" dos quatro setores (ou três, já que em alguns casos considera-se a academia ou comunidade técnica como parte da sociedade civil), há uma grande diversidade a ser considerada: gênero, etnia, equilíbrio regional etc. Abrem-se assim outras dimensões a serem consideradas para alcançar o equilíbrio participativo. Este desafio também considera o alcance e qualidade da representação de cada grupo ou setor. A resposta à pergunta "estou bem representado?", por parte dos afetados pelo processo decisório decorrente desses processos, nem sempre é satisfatória. O texto de Francesca Musiani enfatiza esse descompasso entre a estrutura burocrática e a representação efetiva.

O terceiro desafio é o equilíbrio entre grupos de interesse. Fadi Chehadé, que assumiu a presidência executiva da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) em 2012, tentou esse equilíbrio defendendo o conceito de "participação multi-igualitária". Teria que introduzir na ICANN modificações estruturais e de procedimento de tal ordem, que abandonou a ideia em poucos meses.

De fato, na ICANN os governos têm papel consultivo apenas (e até recentemente a exceção era o governo dos EUA, que contratava formalmente a ICANN para exercer a tarefa de gerir nomes de domínio, protocolos e endereços IP); já o grupo empresarial (constituído por registradores e distribuidores de nomes, bem como o lobby da propriedade intelectual, entre outros) domina o processo decisório em tudo que afete a gestão dos nomes de domínio genéricos de topo (conhecidos pela sigla gTLD, como .net, .com, .org etc), que é a atividade principal da entidade. É na verdade um péssimo exemplo de multissetorialismo e quase o oposto do sonho de Fadi de implantar um processo "multi-igualitário".

Neste campo, do ponto de vista político, há ainda muito que fazer para consolidar um arcabouço de análise que precise mais claramente esses processos. Uma metodologia que pudesse medir e/ou qualificar a "participabilidade" em processos multissetoriais em seus vários aspectos e modelos ainda está por ser construída. Um elemento crucial dessa metodologia seria a qualificação desses processos quanto à incidência na tomada de decisões. Outro elemento seria precisar as abordagens para a busca de consenso -- uma forma de medir a eficácia de processos pluralistas.

Essas questões são amplamente tratadas nos textos sobre a governança da Internet, de Afonso et al, Aguerre e Musiani. No primeiro, são descritos processos nacionais de governança participativa e é apresentado ao final um modelo procurando sintetizar o melhor desses processos. Aguerre vai além do eixo multissetorial, destacando a pluralidade temática e as diferentes instâncias ou níveis de gestão como elementos que completariam um processo pluralista de governança.

Em outra vertente, Rafael Evangelista analisa o impacto das plataformas interativas (Facebook, Twitter e outras) nos processos democráticos, sob a influência de "novos canais de informação, governados por algoritmos e por plataformas do capitalismo de vigilância". Brocas, Lanfranco e Stoll analisam os desafios de personalidade com o envolvimento cada vez mais profundo das pessoas como "cidadãos digitais", analisando a fusão do real com a "persona digital" e fazendo uma analogia aterradora com os ciborgues de "Jornada nas Estrelas". O artigo apresenta um fascinante roteiro de como "escapar da mentalidade passiva de *Borg* e estabelecer um relacionamento saudável entre as tecnologias e nós mesmos", descrevendo 13 maneiras de resistir aos *Borg*. Resistir é preciso!

Boa leitura!

POLITICS

30

ANO 12

03

Explorando a governança multissetorial na Internet: Rumo à identificação de um modelo de órgão consultivo de políticas da Internet

Luca Belli, Diego Canabarro, Judith Herzog, Richard Hill, Carlos A. Afonso e Stefano Trumpy

20

Multissetorialismo: ultrapassando o status de “remédio milagroso”?

Francesca Musiani

26

Quem, o quê e como. Mapeamento de grupos de interesse, questões e mecanismos de governança da Internet na América Latina

Carolina Aguerre

37

As plataformas e a normalização da escrotice

Rafael Evangelista

43

O *Borg* em todos nós: a resistência é inútil?

William Brocas, Sam Lanfranco, Klaus Stoll

POLITICS 30 | Ano XII | Abril-Julho de 2020

Os textos publicados aqui são de responsabilidade de seus autores, não necessariamente representando os pontos de vista das entidades às quais estão vinculados, salvo indicação explícita em contrário.

Todas as edições da POLITICS estão disponíveis em <https://politics.org.br>

Se você quiser receber gratuitamente a edição impressa da revista, envie um e-mail para politics@nupef.org.br com seu nome, endereço completo - incluindo o CEP - e a sua área de atuação.

Uma publicação do Instituto Nupef
<https://nupef.org.br>

ISSN 1984-8803



Explorando a governança multissetorial na Internet

Rumo à identificação de um modelo de órgão consultivo de políticas da Internet

Luca Belli, Diego Canabarro, Judith Herzog, Richard Hill, Carlos A. Afonso e Stefano Trumpy¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a Internet penetrou em todos os aspectos de nossas vidas e, como pessoas conectadas, agora dependemos dessa conectividade para um número crescente de aspectos de nossa rotina diária. A preservação dos recursos essenciais da Internet, como abertura, interoperabilidade, segurança e acessibilidade, é fortalecida pela cooperação dos vários atores ou "partes interessadas" que têm um impacto concreto no funcionamento e na regulamentação da Internet. A possibilidade de tais partes interessadas dialogarem e, idealmente, cooperarem no contexto de processos de governança nacional, regional e global é portanto fundamental para

nutrir processos de formulação de políticas com contribuições heterogêneas, destacando as diferentes facetas - isto é, as técnicas, jurídicas, aspectos culturais, sociais e econômicos - de qualquer questão de políticas em jogo.²

Nessa perspectiva, abrir processos de desenvolvimento de políticas às contribuições dos diversos setores pode ser particularmente benéfico para melhorar a qualidade das políticas relacionadas a questões complexas e multidisciplinares, identificando assim as várias facetas de um problema comum e os diferentes interesses em jogo, diversificando a variedade de possíveis soluções disponíveis (Belli 2015).

1. Informação sobre os autores está ao final deste documento.

2. Ver por exemplo De Nardis & Raymond (2013); Almeida, Getschko & Afonso (2015); Belli (2015) e (2016); Maciel, Zingales & Fink (2015); Malcolm (2015a).

Os processos multissetoriais concentram-se principalmente na participação de várias partes interessadas associadas a categorias predefinidas, assumindo que essas participações em um determinado processo podem não apenas fornecer contribuições de diferentes pontos de vista, mas também garantir a representação de interesses heterogêneos. Essa suposição pode ser excessivamente otimista e, de fato, parece importante adotar uma abordagem crítica em relação ao multissetorialismo, a fim de distinguir aqueles processos realmente abertos à participação de partes interessadas heterogêneas com interesses diversificados daqueles que congregam setores distintos com interesses similares ou mesmo coincidentes. Algumas das deficiências identificadas apontaram para a sub-representação da diversidade nos debates multissetoriais, a incorporação desequilibrada dos diversos interesses – por exemplo, privilegiando atores influentes ou ricos, como governos nacionais e empresas privadas dominantes (Belli 2015; Bollow & Hill 2014 e 2015; Malcolm 2015b). Assim, os processos multissetoriais devem ser elaborados para evitar influência indevida de qualquer setor (grupo), promovendo transparência, pluralismo e implementando verificações e balanços adequados.

Este artigo concentra-se em uma seleção de processos multissetoriais, escolhidos por sua origem e composição diversas, examinando como esses processos conseguem integrar as contribuições e visões das partes interessadas e como essas visões podem ser utilizadas para a elaboração de resultados concretos. Os processos multissetoriais são baseados no pressuposto de que a elaboração e deliberação de políticas são beneficiadas pelas contribuições e conhecimentos de cada setor que devem ser levadas em conta e, finalmente, integradas através da participação. Na medida em que todos os setores se beneficiem do resultado da melhor qualidade, é possível prever o desenvolvimento de soluções políticas consensuais em que todos saem ganhando. No entanto, deve-se reconhecer que esse pode não ser o caso se os interesses específicos de cada setor divergirem significativamente e, principalmente, quando o interesse de setores específicos é sabotar um determinado processo, a fim de evitar um resultado não favorável.

O tema de como e em que medida confiar

nos mecanismos multissetoriais tem estado no centro das discussões sobre governança da Internet nos últimos 20 anos. Desde a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI/ WSIS), a necessidade de “esforços intermináveis de participação pluralista”³ foi cada vez mais debatida e os méritos dos processos de governança de participação pluralista foram promovidos e aceitos oficialmente por várias organizações intergovernamentais, como o Conselho da Europa (2005 e 2011), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008 e 2011) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2010 e 2014). Além disso, desde a sua criação, o Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas (IGF) – um dos principais resultados do processo da WSIS – vem promovendo os benefícios de uma abordagem multissetorial baseada em uma governança da Internet inclusiva e participativa. Nesse sentido, a participação pluralista tem sido cada vez mais retratada como um elemento processual essencial, permeando todo o espectro dos processos de governança da Internet.

No entanto, juntamente com o crescente apoio institucional ao multissetorialismo, é possível notar a crescente consciência de que não existe o modelo multissetorial, mas sim uma variedade de processos com procedimentos, propósitos e configurações institucionais diferentes, dando origem a diversas estruturas para a participação dos diversos setores nos esforços de formulação e desenvolvimento de políticas.⁴

O multissetorialismo também tornou-se uma noção repetitiva no discurso de governança da Internet, abrangendo qualquer processo vagamente participativo que pretenda debater, elaborar ou implementar políticas digitais. O objetivo deste artigo é, portanto, entender como os processos multissetoriais se desenrolam concretamente, a fim de identificar boas práticas a serem compiladas em uma proposta de um *Corpo Consultivo Modelo em Política da Internet* cuja abertura, inclusão e diversidade de insumos permitiria a elaboração de propostas de políticas altamente qualificadas. Para isso, este artigo analisará brevemente uma seleção de exemplos de órgãos e processos pluralistas que ocorrem no nível nacional (Seção I), bem como o principal processo internacional multissetorial destinado a promover o debate e sugestões de políticas da Internet – o IGF (Seção II).

3. Agenda de Túnis, § 83; ITU 2014.

4. Ver por exemplo Souter 2009; De Nardis & Raymond 2013; Gasser, Budish & West 2015; Almeida, Getschko & Afonso 2015; Belli 2015; Hoffman 2016.

Os autores deste artigo identificaram boas práticas durante uma oficina do evento INSCI 2016.⁵ Os elementos que formam as boas práticas surgiram durante a elaboração do primeiro rascunho deste artigo e são destacados nos diferentes estudos de caso examinados nas seções I e II. Esses elementos foram utilizados para sintetizar algumas recomendações básicas e substanciais para o desenvolvimento de órgãos consultivos em políticas da Internet.

I. PROCESSOS NACIONAIS MULTISSETORIAIS

Nesta seção, exploraremos uma seleção de processos nacionais multissetoriais, para desenvolver sugestões de políticas e documentos consultivos relacionados à Internet. Particularmente, focaremos em três países que têm órgãos multissetoriais permanentes totalmente dedicados à discussão de políticas da Internet e fornecimento de consultoria, como Brasil, França e Reino Unido, bem como no esforço italiano de criar uma comissão multissetorial temporária para a elaboração de uma “Declaração de Direitos da Internet”.

A. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR)

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) não é apenas o primeiro exemplo na história de um órgão multissetorial dedicado a questões de governança da Internet em nível nacional, mas também é considerado um dos exemplos mais bem sucedidos de tais órgãos. Esse prestígio não é acidental, mas o resultado de um processo contínuo de organização a longo prazo (Glaser & Canabarro, 2015).

O CGI.br foi criado pela Portaria Interministerial 147, de 31 de maio de 1995,⁶ com o objetivo de facilitar a coordenação e a integração de serviços de Internet e iniciativas relacionadas no país, consolidando assim os interesses comuns do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o Comitê foi concebido para servir como uma comissão capaz de monitorar o desenvolvimento de serviços de Internet, recomendando estratégias

“Os processos multissetoriais são baseados no pressuposto de que a elaboração e deliberação de políticas são beneficiadas pelas contribuições e conhecimentos de cada setor que devem ser levadas em conta e, finalmente, integradas através da participação.”

para implementação de redes, coordenando a atribuição de endereços IP para provedores de serviços de Internet e o registro de nomes de domínio “.br” no país, e ainda propondo operações e normas técnicas para serviços de Internet no Brasil. A portaria também estabeleceu que o Conselho do Comitê seria formado por nove membros nomeados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Ministério das Comunicações, para um mandato de dois anos. O governo federal nomeou todos os representantes incluídos nessa configuração inicial.

Esse sistema foi redefinido em 2003 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em resposta a propostas da comunidade acadêmica e de organizações da sociedade civil, enfatizando a necessidade de participação pluralista. O Decreto Presidencial 4829/2003⁷ especificou o modelo

5. Os autores gostariam de expressar gratidão pelas contribuições relevantes recebidas dos participantes da oficina “Como a abertura e a colaboração podem melhorar a formulação de políticas da Internet?”, realizada durante a 3ª Conferência Internacional sobre Ciência da Internet, INSCI 2016 (<http://insci2016.complexworld.net/workshops/how-can-openness-and-collaboration-enhance-internet-policy-making>). Em especial, os autores gostariam de agradecer os excelentes comentários e sugestões fornecidos por Daniel Kaplan e Christian de Larrinaga.

6. <https://www.cgi.br/portarias/numero/147>

7. Decreto presidencial 4829/2003: <https://www.cgi.br/pagina/decretos/108>

de governança a ser adotado pelo CGI.br. A nova configuração destacou não apenas a crescente complexidade da formulação de políticas da Internet, cuja natureza multifacetada exigia que um espectro mais amplo de conhecimento fosse analisado adequadamente, mas marcou também o reconhecimento da existência de uma variedade de opiniões e interesses e o valor de incluir uma gama mais ampla de atores governamentais e não-governamentais. Essa evolução foi exemplificada pela inclusão de representantes de várias novas administrações públicas e de setores não-governamentais, escolhidos por seus próprios grupos de interesse, em vez de serem nomeados pelo governo. Dessa forma, a composição do CGI.br foi ampliada para 21 membros, incluindo:

- oito representantes do governo federal;
- um representante nomeado pelo Conselho Nacional de Secretários de Ciência, Tecnologia em nível de Estado;
- quatro representantes do setor empresarial;
- quatro representantes de entidades sem fins lucrativos e não comerciais;
- três representantes da comunidade científica e tecnológica;
- um renomado especialista em Internet escolhido por consenso.

Essa configuração, adotada até o momento pelo CGI.br, prevê que as partes interessadas não-governamentais sejam eleitas para mandatos de três anos pelas entidades que compõem suas respectivas comunidades. O processo eleitoral é baseado em abertura e transparência e é facilitado pelo próprio CGI.br, com o objetivo de selecionar onze membros efetivos do conselho do CGI.br, além de onze suplentes, por um período de três anos.

O processo de eleição dos membros do conselho ocorre através da formação de um colégio eleitoral composto por todas as entidades que solicitam a participação em um prazo predefinido para selecionar posteriormente seus representantes. Essas entidades inscrevem-se no setor correspondente do colégio eleitoral, podendo votar somente em candidatos desse setor. Devido à especificidade do setor empresarial e particularmente à possibilidade de diferentes categorias de entidades comerciais terem interesses diversificados, quatro subsectores de votação foram estabelecidos para permitir uma representação equitativa dos vários interesses comerciais.

O setor científico e tecnológico é composto por associações acadêmicas e científicas, enquanto o setor não comercial (“terceiro setor”) é composto por organizações sem fins de lucro não acadêmicas.

A categorização setorial acima descrita é particularmente útil para garantir que um amplo espectro de interesses seja representado concretamente. Embora o modelo de eleição do conselho do CGI.br possa não ser perfeito, certamente contribui para a democratização – ou seja, a identificação dos interesses nacionais relativos à Internet – do organismo. Isso deve ser considerado uma boa prática a ser reproduzida, na medida do possível, por outros órgãos similares.

Uma vez eleitos os representantes dos setores, uma portaria interministerial emitida pela Casa Civil da Presidência e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações os nomeia formalmente, juntamente com o especialista de notório saber em assuntos de Internet⁸ e os representantes governamentais. Todos os membros do conselho trabalham de forma voluntária.

O conselho do CGI.br se reúne uma vez por mês para considerar questões nacionais e internacionais de governança da Internet. A agenda completa e as atas das reuniões são publicadas no site do CGI.br, juntamente com as resoluções ocasionalmente adotadas pelo conselho. Para abordar questões específicas, os membros do conselho podem trabalhar por meio de grupos de trabalho que preparam projetos a serem considerados pelo conselho, quando apropriado.

Além disso, o trabalho do Comitê deveria ser apoiado por quatro câmaras consultivas multissetoriais que atuariam nos campos de direitos e segurança na Internet; inovação e capacidade técnica; conteúdo e bens culturais; universalização e inclusão digital. Essas câmaras foram criadas como um meio para aumentar a diversidade na participação nas atividades do CGI.br. Por meio das câmaras, setores governamentais e não governamentais não formalmente representadas no Comitê poderiam aportar recomendações e orientações para as discussões que ocorrem no conselho. Na prática somente uma câmara (a de universalização) tem funcionado, mas sem grande impacto.

A missão do CGI.br também foi refinada e ampliada ao longo de sua existência⁹, incluindo a promoção de debates e consultas públicas a vários setores, o desenvolvimento de iniciativas de educação e capacitação, infraestrutura e projetos

8. Interessante notar que o mesmo especialista tem sido renomeado sucessivamente desde 2003.

9. Linha do tempo “15 anos CGI”: <http://www.cgi.br/noticia/comite-gestor-da-internet-no-brasil-completa-15-anos>

técnicos, bem como a elaboração de pareceres técnicos, diretrizes, material informativo e indicadores. As responsabilidades atuais do CGI.br abrangem, entre outras:¹⁰

- o estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil;
- o estabelecimento de diretrizes para a administração do registro de Nomes de Domínio usando “.br” e de distribuição de endereços numéricos;
- a promoção de estudos e padrões técnicos para a segurança das redes e serviços de Internet;
- a recomendação de procedimentos, normas e padrões técnicos operacionais para a Internet no Brasil;
- a promoção de programas de pesquisa e desenvolvimento relacionados à Internet, incluindo indicadores e estatísticas, estimulando sua disseminação em todo território nacional.

Por fim, é importante observar que os custos das atividades do CGI.br são cobertos pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, uma sociedade civil sem fins lucrativos de natureza privada. Criado em 2005, o NIC.br concentra as tarefas técnicas que antes eram realizadas separadamente, a fim de facilitar e coordenar o bom funcionamento da Internet no Brasil, além de executar os projetos aprovados pelo CGI.br. O NIC.br recebe a remuneração derivada da distribuição do registro de nomes do “.br” (o domínio de topo de país ou ccTLD do Brasil), bem como da distribuição nacional de blocos de endereços IP.¹¹ A autonomia financeira é fundamental para o sucesso de qualquer organização e, como demonstra o exemplo do CGI.br e NIC.br, é possível garantir a sustentabilidade financeira de um conselho consultivo da Internet dedicando uma fração das receitas decorrentes do registro nacional de ccTLDs. Essa é claramente uma boa prática, que pode ser seguida por outras iniciativas semelhantes.

Um marco propositivo e mundialmente pioneiro

que merece destaque especial foi a elaboração de uma Carta de Princípios do CGI.br, em um longo processo de discussão iniciado em 2007 e que culminou, em setembro de 2009, com a publicação dos “10 Princípios para a Governança e Uso da Internet”.¹² Criada para servir de referência na atuação do CGI.br, é um exemplo significativo de consenso multissetorial – e por isso mesmo demorou dois anos para ser publicada. A Carta foi uma das referências para a construção colaborativa do Marco Civil da Internet no Brasil (MCI), um outro processo multissetorial iniciado em 2009 e sancionado em lei federal em 2014.¹³

B. CONSELHO DIGITAL NACIONAL FRANCÊS (CNNUM)

O Conselho Digital Nacional da França, também conhecido como Conselho Digital Nacional (CNNum), foi criado em 2011 por um Decreto Presidencial¹⁴ para servir como um órgão consultivo no desenvolvimento da economia digital. Em 13 de dezembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 1400 redefiniu e ampliou suas competências.¹⁵ O CNNum agora é uma comissão consultiva independente, com o objetivo de emitir pareceres e recomendações sobre quaisquer questões relacionadas ao impacto das tecnologias digitais na economia e na sociedade. O Conselho pode ser consultado pelo governo sobre novas leis e regulamentos ou emitir pareceres por sua própria iniciativa.

O decreto de 2012 também visava aumentar a transparência em relação ao funcionamento do CNNum e uma maior representatividade em sua composição interna, dada a ampliação de suas competências. Portanto, a composição inicial de dezoito membros do CNNum mudou para trinta membros, incluindo um requisito de 50/50 de equilíbrio de gênero. Este último requisito não é especificado por nenhuma outra iniciativa nacional, mas deve ser considerado uma boa prática e reproduzido por outros órgãos multissetoriais. Os membros do Conselho e seu presidente são nomeados por decreto presidencial

10. <https://www.cgi.br/atribuicoes>

11. O NIC.br opera como um Registro Nacional da Internet (NIR), centralizando a distribuição de endereços IP no país. Atualmente, apenas nove países centralizam a distribuição de endereços IP da mesma forma: Indonésia, China, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Vietnã, Índia, México e Brasil.

12. <https://principios.cgi.br>

13. O MCI (Lei 12.965/2014), é resultado de um processo participativo lançado pelo Ministério da Justiça do Brasil em parceria com o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, em outubro de 2009 – um mês depois da publicação dos “10 Princípios” do CGI.br. Com base nos resultados desta primeira fase colaborativa, um esboço preliminar foi formulado e debatido durante uma segunda fase de um processo de consulta que envolveu ampla participação da sociedade. O MCI foi então debatido pelo Congresso Brasileiro, aprovado pelo Senado Federal e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff durante o evento Netmundial (<http://netmundial.br/pt>) em 23 de abril de 2014.

14. Decreto 2011-476: <https://www.legifrance.gouv.fr/eli/decret/2011/4/29/INDX1111287D/jo>

15. Decreto 2012-1400 <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000026767396&dateTexte=&categorieLien=id>

por um período de três anos, que pode ser renovado. Eles são escolhidos com base em sua experiência e familiaridade com a dinâmica do ecossistema digital. Embora nenhuma categoria específica de partes interessadas seja formalmente estabelecida, o CNNum habitual inclui membros da academia, sociedade civil e setor privado.¹⁶

O decreto 2012-1400 também criou uma configuração estendida para a elaboração do programa de trabalho do Conselho, incluindo dois senadores, dois membros da Assembleia Nacional e cinco representantes de administrações locais. Estes últimos membros são nomeados por uma decisão do ministro responsável pela Economia Digital. A afiliação ao CNNum é uma função que busca a participação conforme as qualificações de cada membro e é exercida voluntariamente. Os membros do conselho não podem ser representados por outras pessoas, devem evitar suspeitas de interesse pessoal e divulgar interesses diretos ou indiretos ou propriedade de qualquer entidade que atue na economia digital.¹⁷ Diferentemente do CGI.br, as atribuições do CNNum não incluem a administração do ccTLD nacional e seu financiamento não está relacionado às receitas geradas pela distribuição de domínios do ".fr". O Ministério da Economia aporta os recursos financeiros necessários para cobrir o orçamento do CNNum e as remunerações permanentes de sua secretaria-geral.

Para aconselhar adequadamente o governo francês e participar de debates públicos, o CNNum é obrigado a organizar consultas públicas regularmente em nível local e nacional e pode solicitar apoio de especialistas. Uma estrutura composta por quatro vice-presidentes e o presidente designa membros de grupos de trabalho internos, cujos pareceres são discutidos em sessões plenárias e adotados pela maioria dos membros. Até a presente data, o Conselho emitiu vários pareceres analisando a evolução de uma variedade de questões de governança da Internet e tópicos relacionados à Internet, como inclusão

digital, neutralidade da rede, regulamentação de plataformas, direitos humanos e liberdades fundamentais, sistema de saúde, educação, trabalho e emprego, administração pública, acordos comerciais, tributação etc. As resoluções do CNNum examinam questões conjunturais e também recomendações prospectivas.

Desde 2012, o CNNum fortaleceu sua posição como órgão multissetorial e facilitador de processos multissetoriais na elaboração de políticas digitais, atuando como interlocutor e organizador de reuniões regulares envolvendo a sociedade civil, governo e setor privado. Nesse sentido, o CNNum pode organizar consultas envolvendo agentes digitais, bem como entre entidades que atuam na economia digital e entidades afetadas pela evolução digital.¹⁸ Com a implementação dessa atribuição, o Conselho desenvolveu a prática de incluir um mapa das controvérsias identificadas ao publicar suas recomendações.

Em 2014 o primeiro-ministro francês encarregou o Conselho de organizar uma consulta nacional, com o objetivo de testar a possibilidade de elaborar a Estratégia Digital Francesa de forma participativa e, posteriormente, produzir recomendações a esse respeito. Para isso, o CNNum lançou uma plataforma on-line¹⁹, aberta a contribuições de outubro de 2014 a fevereiro de 2015, e realizou várias reuniões públicas em diferentes cidades francesas no mesmo período, promovendo o debate sobre as propostas discutidas on-line. A fim de reforçar o debate, o Conselho forneceu um *kit* de recursos de livre acesso que permitia aos organizadores autônomos realizar eventos adicionais.²⁰ A plataforma recebeu contribuições de cidadãos, entidades empresariais e entidades sem fins lucrativos, mas também de vários municípios, administrações e autoridades reguladoras independentes.²¹ Deste modo, o Conselho publicou resumos comentáveis de posições e propostas originárias da plataforma²² e emitiu recomendações com base nos resultados da consulta.²³

A consulta alimentou a Estratégia Digital

16. Ver a lista de membros das sessões 2011-2012, 2013-2015 and 2016-2018: <http://cnumerique.fr/membres>

17. Ver as normas internas do Conselho: <http://cnumerique.fr/wp-content/uploads/2012/02/130204-RI-et-CE-CNN.pdf>

18. Por exemplo, em 2013, o Ministério da Economia pediu à CNNum para criar um diálogo entre representantes do Google e jogadores franceses queixosos em um caso antitruste aberto pela Comissão Europeia. Ver <http://cnumerique.fr/neutralite-des-plateformes-consulter-la-restitution-de-la-concertation>

19. <https://contribuez.cnumerique.fr>

20. <https://contribuez.cnumerique.fr/actualite/do-it-yourself-proposez-des-ateliers-relais-pour-la-concertation>

21. Esta primeira consulta recebeu contribuições de 2.300 participantes: <https://contribuez.cnumerique.fr/participants>

22. <https://contribuez.cnumerique.fr/actualite/les-6-mois-de-la-concertation-nationale-%E2%80%99Cambition-num%C3%A9rique%E2%80%9D-en-data>

23. <https://contribuez.cnumerique.fr/sites/default/files/media/CNNum--rapport-ambition-numerique.pdf>

Nacional e Européia do Governo²⁴ e várias disposições do "Projeto de Lei para uma República Digital" foram incluídas em uma consulta adicional que o governo optou por lançar, usando a mesma ferramenta on-line²⁵, permitindo que os internautas comentassem e modificassem o próprio projeto de lei, artigo por artigo. Durante esta segunda consulta, foram produzidas informações para delinear as disposições originárias das contribuições dos participantes e o Governo se engajou nesse esforço participativo, respondendo diretamente às sugestões mais comentadas.²⁶ Como resultado, foram incluídas noventa emendas e cinco novos artigos ao projeto de lei, antes de ser submetido ao Parlamento. Como representantes eleitos exercendo seu poder legislativo, os membros do Parlamento não tinham obrigação de seguir as propostas. No entanto, a consulta teve um impacto durante os debates parlamentares, sendo mencionada regularmente para apoiar posições a favor ou contra propostas específicas baseadas em apoio ou oposição manifestada por colaboradores on-line.

Em 7 de outubro de 2016, o Parlamento francês adotou²⁷ o Projeto de Lei para uma República Digital que formalmente tornou-se a Lei para uma República Digital²⁸, comprovando assim que as consultas abertas com várias partes interessadas podem ter um impacto positivo na formulação de políticas nacionais. Além de provar que os órgãos consultivos nacionais multissetoriais da Internet podem ter um papel concreto no fomento e orientação da formulação de políticas, o processo de consulta foi um experimento particularmente interessante de democracia participativa. Nesse sentido, é importante observar que várias avaliações posteriores foram organizadas pelo governo e grupos da sociedade civil, para fazer um balanço dessa experiência e elaborar recomendações para futuras iniciativas. As sugestões expressas durante esse

exercício de agregação de experiências são particularmente interessantes e podem ser aplicadas a iniciativas semelhantes a serem organizadas no âmbito francês ou no contexto de outros processos de governança da Internet. Notavelmente, as recomendações sugeriram a necessidade de melhorar:

- a representatividade da população francesa;²⁹
- o sistema que verifica a avaliação das propostas pelos participantes, a fim de evitar qualquer possível viés;³⁰
- os requisitos de rastreabilidade (também chamados de "pegada legislativa") destinados a garantir um registro público abrangente da influência dos grupos de interesse no processo legislativo.³¹

C. GRUPO CONSULTIVO MULTILATERAL BRITÂNICO SOBRE GOVERNANÇA DA INTERNET

O Grupo Consultivo Multissetorial Britânico sobre Governança da Internet (MAGIG) foi criado no início de 2013 como uma iniciativa temporária para apoiar a formulação de políticas no Reino Unido com relação a questões de governança da Internet. Em um esforço para abrir seu processo de formulação de políticas para os diferentes grupos de interesse, o governo do Reino Unido criou o MAGIG, promovendo o desenvolvimento de contribuições multissetoriais a serem utilizadas no contexto de reuniões e conferências sobre governança da Internet no âmbito internacional. O objetivo original do MAGIG era o desenvolvimento de documentos com subsídios para a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT-12)³², em 2014, e o processo de revisão da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS+10)³³, em 2015.

24. <http://www.gouvernement.fr/partage/4492-strategie-numerique-du-gouvernement>

25. Ver <https://www.republique-numerique.fr>. Esta segunda consulta recebeu contribuições de 21.000 participantes.

26. <http://www.republique-numerique.fr/project/projet-de-loi-numerique/step/reponses>

27. O processo legislativo pode ser acompanhado em <http://www.senat.fr/dossier-legislatif/pjl15-325.html> ou em https://www.lafabriquedelaloi.fr/articles.html?loi=pjl15-republique_numerique

28. Ver *Loi n° 2016-1321 du 7 octobre 2016 pour une République numérique*: <https://bit.ly/2p9KyUk>

29. O governo forneceu números de sua pesquisa de satisfação, mostrando que 70% dos entrevistados declararam que votaram em todas as eleições e que 62% possuíam diploma de ensino superior.

30. Por exemplo, a proposta mais votada que obteve 5.000 votos em 48 horas, após um pedido de mobilização em um famoso fórum do qual participaram a comunidade de jogadores.

31. Atores privados relutantes em declarar abertamente sua posição na plataforma on-line foram informados de que suas contribuições só seriam levadas em consideração se depositadas na plataforma. No entanto, esse esclarecimento não impediu estratégias de lobby destinadas a bloquear propostas adversas de dentro dos órgãos legislativos.

32. <https://www.itu.int/md/S14-RCLINTPOL4-C-0002/en>

33. http://www.itu.int/net/wsis/review/inc/docs/submissions/Form1_WSIS10-HLE-OC_OfficialSubmissions-UK_web.pdf

De acordo com seus Termos de Referência³⁴, o objetivo do MAGIG é:

- trabalhar em espírito de colaboração para contribuir com insumos do Reino Unido para as principais conferências e reuniões relacionadas a questões internacionais de governança da Internet e telecomunicações seguindo os preceitos da Chatham House;

- comentar as metas e estratégias de políticas do governo do Reino Unido em relação a questões internacionais de governança da Internet e telecomunicações;

- trabalhar em colaboração para influenciar posições da indústria, sociedade civil e organizações estatais em questões de governança internacional da Internet e questões de política de telecomunicações;

- ajudar a construir uma relação de trabalho e confiança com representantes de outros estados e organizações que podem não ter as mesmas opiniões do Reino Unido sobre questões que envolvem questões internacionais de governança da Internet e políticas de telecomunicações.

O estabelecimento do MAGIG significa o interesse e o apoio do governo do Reino Unido à governança multissetorial da Internet, onde o setor empresarial e outros atores não-governamentais podem contribuir para o desenvolvimento de políticas.³⁵ Embora o governo do Reino Unido continue sendo o principal responsável pela tomada de decisões, o MAGIG permite uma ampla participação multissetorial para contribuir e verificar propostas como parte integrante do processo de formulação de políticas, visando alcançar melhores resultados e melhor implementação dessas políticas.

Além do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), que preside o MAGIG e lidera as questões de Internet e telecomunicações no Reino Unido, também outros departamentos governamentais participaram do trabalho do Grupo, refletindo o impacto das questões de

governança da Internet nas agendas de todo o governo do Reino Unido, bem como a perspectiva que as várias administrações britânicas possam ter sobre qualquer tópico. Assim, desde a sua criação, o MAGIG garantiu a participação instâncias de governo do Reino Unido que têm interesse direto na governança da Internet, como o Departamento de Negócios, Inovação e Habilidades, o Escritório da Commonwealth e do Exterior, o Escritório do Interior, o Departamento de Desenvolvimento Internacional e o OFCOM, o regulador nacional de telecomunicações.

Como no exemplo brasileiro, a diversificação de representantes governamentais desempenha um papel fundamental na promoção de uma abordagem coordenada em relação à elaboração de insumos e à implementação de resultados. Essa composição governamental diversificada nos órgãos consultivos da Internet deve ser considerada uma boa prática a ser replicada, promovendo a maior inclusão e coordenação possíveis. Além dos representantes governamentais, os aproximadamente trinta membros do MAGIG incluem empresas-chave³⁶ e outros atores não-governamentais³⁷, além de instituições acadêmicas.³⁸ No entanto, é importante ressaltar que o MAGIG não é um órgão aberto, pois o governo seleciona e convida participantes (como era o CGI.br antes de 2003). Além disso, o MAGIG é um órgão informal e não há expectativa de que seja necessário chegar a um consenso, enquanto as discussões são conduzidas sob as "regras da Casa de Chatam".

É importante ressaltar que o MAGIG não foi concebido para tomar decisões, mas para estimular a tomada de decisões governamentais com contribuições de múltiplas partes interessadas, promovendo discussões cujos resultados ajudarão o governo a entender as questões em jogo e a tomar as decisões apropriadas. Nesse sentido, o MAGIG aprimora a diversidade e a qualidade das informações com base nas quais a política do Reino Unido é desenvolvida, beneficiando diretamente as

34. Uma descrição completa é fornecida em uma submissão ao Grupo de Trabalho do Conselho da UIT para Assuntos de Políticas Públicas relacionadas à Internet, documento WG-Internet 4/2. https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/330737/Opening_up_the_policy_making_process_the_UK_Multi-stakeholder_Advisory_Group_on_Internet_Governance.docx

35. No mesmo espírito, o Reino Unido também está comprometido com a *Open Government Partnership*, uma plataforma internacional de 70 países onde governos e sociedade civil trabalham juntos para desenvolver e implementar idéias para tornar o governo mais aberto, responsável e receptivo aos cidadãos: <http://www.opengovpartnership.org/>

36. Notavelmente, a associação comercial de tecnologia do Reino Unido, TechUK, e principais agentes de negócios, como BT, Nominet, London Internet Exchange, Vodafone, Cable & Wireless, Yahoo-Reino Unido, Microsoft/Skype, ARM Holdings, Virgin Media, Google Reino Unido, Facebook, Access Partnerships, GSMA e Intel UK.

37. Notavelmente, a Aliança de Contribuintes, o Index on Censorship, o Trades Union Congress, Childnet e Global Partners Digital. O capítulo britânico da Internet Society e um representante da ICANN também são membros.

38. Universidade de Cambridge, London School of Economics e Oxford Internet Institute.

políticas públicas que são elaboradas por meio de processos governamentais tradicionais. No nível mais simples, o MAGIG permite que as partes interessadas compartilhem informações sobre uma variedade de questões, desde os últimos desenvolvimentos de reuniões internacionais, novas abordagens ou melhores práticas sendo desenvolvidas em outros países ou o impacto que políticas específicas podem implantar. Isso ajuda a garantir que os participantes do MAGIG, particularmente os governamentais, estejam constantemente atualizadas e as assimetrias informacionais sejam atenuadas. Além disso, a discussão no MAGIG ajuda o governo a entender as diferenças de pontos de vista que podem existir entre os setores e por que essas diferenças existem. Essa consciência mais profunda pode ajudar a superar possíveis mal-entendidos, fornecendo uma imagem mais clara dos interesses concorrentes envolvidos.

Em meados de 2015, foi criado um subgrupo multissetorial do MAGIG para concentrar-se no processo de transição da administração da ICANN e da IANA³⁹, a fim de avaliar o progresso da transição, as principais dificuldades e o contexto político. Essa experiência foi bem-sucedida e o governo do Reino Unido está avaliando o estabelecimento de um MAGIG 2.0 que pode incluir a organização de grupos de trabalho específicos por assunto.⁴⁰ Após o processo WSIS+10, o DCMS realizou uma revisão interna⁴¹ do MAGIG, destacando o interesse em sua análise temática, enfatizando seu impacto benéfico no rastreamento e compreensão do calendário complexo de reuniões internacionais e na avaliação de como essas reuniões principais se cruzam. Essa última função é particularmente útil para mapear as várias reuniões em que são discutidas questões políticas importantes, como segurança cibernética, direitos humanos, acesso à Internet, proteção infantil, Internet das Coisas e desenvolvimento sustentável. A revisão também concluiu que o MAGIG precisa desenvolver uma visão de longo prazo, considerando como instituir formas inovadoras de conscientizar, estimular a interação e a reflexão sobre questões

emergentes. Essa última função de planejamento estratégico também é um elemento que deve ser considerado particularmente relevante e, idealmente, integrado por outros órgãos consultivos da Internet.

D. UMA ABORDAGEM INICIAL DA GOVERNANÇA MULTISSETORIAL DA INTERNET NA ITÁLIA

Em julho de 2014, a ex-presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Laura Boldrini, constituiu um grupo de trabalho multissetorial com o objetivo de elaborar uma Declaração de Direitos da Internet. Esse grupo de trabalho foi o primeiro exemplo de um esforço multissetorial dedicado à formulação de políticas da Internet no âmbito italiano e sua criação foi amplamente motivada pela notável cobertura da imprensa recebida pela aprovação pelo governo brasileiro do MCI. De fato, é importante observar não apenas que a elaboração do MCI foi caracterizada por uma série de consultas envolvendo todos os setores, mas também que o MCI representou a conquista – pelos brasileiros – da Declaração Conjunta de Direitos da Internet de 2007 pelo Ministro da Cultura do Brasil e pelo Subsecretário de Comunicação da Itália.⁴²

O grupo multissetorial italiano para a Declaração de Direitos da Internet assumiu a forma de uma comissão da Câmara dos Deputados, com uma composição multissetorial com um número igual de deputados e de especialistas externos. A comissão foi uma iniciativa ad hoc e trabalhou durante um ano, organizando consultas com várias partes interessadas e consultas on-line. É importante ressaltar que especialistas brasileiros participaram de uma das consultas, a fim de compartilhar boas práticas, enquanto tentavam reavivar uma sinergia binacional que remonta à assinatura da Declaração Conjunta de Direitos da Internet.

No final de julho de 2015, a comissão publicou uma versão final da Declaração dos Direitos da Internet, composta por 14 artigos⁴³, e em 3 de novembro de 2015, a Câmara dos

39. <https://www.icann.org/stewardship>

40. Embora o governo do Reino Unido ainda não tenha divulgado documentos oficiais definindo os detalhes do MAGIG 2.0, os autores tiveram a possibilidade de discuti-lo com um dos promotores da iniciativa.

41. Os resultados desta revisão interna ainda não foram publicados, mas foram discutidos com os autores.

42. A elaboração da Declaração Conjunta foi facilitada pela Coalizão Dinâmica do IGF para a Declaração de Direitos da Internet e foi assinada no contexto do Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas 2007, realizado no Rio de Janeiro. <http://dicorinto.it/files/2007/11/joint-declaration-brazil-italy.pdf>

43. A versão em inglês da Declaração está em http://www.camera.it/application/xmanager/projects/leg17/commissione_internet/testo_definitivo_inglese.pdf

Deputados votou por unanimidade a moção que recomendava a Declaração. Por meio dessa moção, a Câmara solicitou a adoção de um papel proativo pelo governo italiano, com relação a questões relacionadas à governança da Internet, especificando que o governo italiano deveria:

- “ativar qualquer iniciativa útil para promover e adotar não apenas na Itália, mas também na Europa e no ambiente global, os princípios definidos na Declaração;
- promover a constituição de uma entidade para a governança da Internet na Itália, seguindo o modelo de múltiplas partes interessadas, envolvendo as partes interessadas”.

A moção refere-se especificamente à implementação do artigo 14 da Declaração, considerado crítico para futuras evoluções da governança da Internet na Itália, segundo as quais “as regras da Internet levarão em consideração os vários níveis territoriais (supranacionais, nacionais, regionais), as oportunidades criadas por uma variedade de formas de autorregulação consistentes com os princípios acima, a necessidade de preservar a capacidade de inovação, inclusive através da concorrência, bem como os múltiplos atores que operam na Internet, e deve incentivar o envolvimento de maneiras que garantam a ampla participação de todos os envolvidos. As instituições públicas adotam os instrumentos apropriados para garantir essa participação”.

De acordo com o objetivo internacional da Declaração, a comissão multissetorial da Câmara dos Deputados promoveu o estabelecimento de esforços cooperativos em conjunto com parceiros internacionais. A esse respeito, a Comissão emitiu uma Declaração Conjunta⁴⁴, juntamente com a Comissão de Reflexão sobre o Direito e as Liberdades da Assembléia Nacional da França, e organizou um evento conjunto com colegas brasileiros por ocasião do IGF de 2015, realizado em João Pessoa, Brasil.

Embora a Comissão italiana tenha tentado ter repercussões nacionais e internacionais, é importante ressaltar que essa experiência demonstra que a falta de uma organização estável e uma perspectiva de longo prazo tornam impossível ter um impacto concreto e duradouro.

De fato, desde a adoção da Declaração e da Declaração Conjunta – que são documentos meramente declaratórios e não vinculativos – não houve uma evolução formal em relação ao estabelecimento de um comitê italiano multissetorial de governança da Internet e a Comissão que elaborou a Declaração dos Direitos da Internet permaneceu uma iniciativa com intenções ambiciosas, mas com influência muito limitada. Diferentemente da Itália, a contraparte francesa desta segunda declaração conjunta organizou um processo articulado de consultas nacionais que culminou na adoção da Lei para uma República Digital, conforme destacado anteriormente nesta seção. A notável conquista francesa deveu-se principalmente à existência de um Conselho Digital Francês razoavelmente bem dotado de recursos e certamente bem organizado. Por outro lado, a falta de uma entidade capaz de organizar processos multissetoriais de governança da Internet duradouros e de longo prazo na Itália mostrou seus limites na mera adoção de uma Declaração que, apesar de seu conteúdo louvável, permanece inutilizada pelas instituições italianas.

Enquanto isso, o único exemplo de governança multissetorial da Internet no âmbito italiano é o Fórum Italiano de Governança da Internet, promovido pelo capítulo italiano da Internet Society e organizado, desde 2017, pela Agenzia per l'Italia Digital (AgID), uma agência administrativa que apoia a presidência italiana do Conselho de Ministros.

II. MULTISSETORIALISMO INTERNACIONAL EM AÇÃO: O IGF

O IGF é o principal órgão multissetorial de governança da Internet no âmbito internacional. Desde a sua criação, ele continuou estimulando a participação das partes interessadas, abrindo seu processo para todos os indivíduos que dispunham dos recursos (tempo, conhecimento e financeiros) necessários para participar, além de promover esforços para reduzir as barreiras de participação.⁴⁵

O IGF foi formalmente estabelecido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2006 com o objetivo de facilitar discussões inclusivas

44. <http://www2.assemblee-nationale.fr/static/14/numerique/Declaration-franco-italienne.pdf>

45. Notavelmente, o IGF implementou constantemente a participação remota e promoveu a adoção das melhores práticas, permitindo a acessibilidade de indivíduos afetados por deficiências. Ver <http://www.intgovforum.org/cms/dynamiccoalitions/80-accessibility-and-disability#reports>

multissetoriais sobre questões de políticas públicas relacionadas à Internet. De fato, antes do estabelecimento do IGF, o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (WGIG) – criado no contexto do processo da WSIS – instou à criação de um fórum de governança da Internet, como um dos resultados da Cúpula. O objetivo do novo fórum era preencher o “vácuo dentro do contexto das estruturas existentes, uma vez que [não] havia um fórum global com várias partes interessadas para tratar de questões de políticas públicas relacionadas à Internet [...], bem como de questões emergentes, que são transversais e multidimensionais e que afetam mais de uma instituição, não são tratadas por nenhuma instituição ou não são tratadas de maneira coordenada”.⁴⁶

Ao longo de seus doze anos de atividade, o IGF provou ser uma plataforma valiosa para debates sobre políticas e um catalisador significativo para a cooperação, permitindo que diferentes partes interessadas coordenem e organizem novas parcerias. O trabalho do IGF é orientado pelo Grupo Consultivo Multissetorial⁴⁷ (MAG), que é o comitê de programa do IGF, cuja composição é estruturada de acordo com os critérios de equilíbrio de gênero, equilíbrio geográfico e equilíbrio setorial e cujas principais tarefas são escolher o tema geral de cada IGF e avaliar propostas de oficinas e sessões do evento, além de organizar as atividades intersessionais e organizar a interação com os fóruns nacionais e regionais de governança.

Apesar do alto nível geral de transparência que governa o processo IGF, o MAG continua sendo o elemento mais obscuro do Fórum. Notavelmente, o processo de seleção de membros do MAG tem sido repetidamente questionado por sua falta de transparência e pelo fato de que as categorias setoriais que compõem o MAG, de acordo com seus termos de referência⁴⁸, diferem daquelas mencionadas no documento fundacional do IGF, a Agenda de Túnis⁴⁹, o que motiva observadores a perguntarem como são definidos e implementados os critérios que orientam a

organização desse órgão.

De fato, os critérios que orientam o processo de seleção dos membros do MAG, que supostamente é da alçada do Secretário Geral da ONU, não são claros. Quando os membros do MAG precisam ser renovados, o Secretário Geral faz um convite para que os vários setores possam indicar seus representantes, mas, como observado por Badii (2016), nem é possível saber se “o Secretário Geral realmente analisa uma lista de indicados sobre os quais ele não conhece nada e seleciona-os sem o conselho de mais ninguém. [...] É até duvidoso que o Secretário Geral tenha algum papel além de carimbar suas nomeações. Mas quem toma as decisões? Funcionários do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU [UNDESA]? A secretaria do IGF?” É importante destacar que essa falta de transparência e previsibilidade deve ser evitada por qualquer outro órgão consultivo da Internet.

É importante ressaltar que o diálogo multissetorial não é o objetivo exclusivo do Fórum, e o mandato do IGF declara explicitamente que o Fórum deve “encontrar soluções para os problemas decorrentes do uso e mau uso da Internet”, além de “identificar problemas emergentes [...] e, quando apropriado, fazer recomendações” (Agenda de Túnis, parágrafos 72.k e 72.g). No entanto, apesar da função explícita de recomendação dentro de seu mandato, até o momento o IGF não emitiu oficialmente recomendações devido à oposição de uma minoria de membros do MAG⁵⁰ (particularmente entre alguns representantes do setor privado e de governos), considerando o ponto de vista que não é apropriado que o IGF faça recomendações.

Essa oposição é sobretudo motivada pelo medo de alguns setores de que o IGF possa emitir recomendações contra seus interesses econômicos ou políticos; que o IGF ficaria atolado no mesmo tipo de discussões difíceis, controversas e contraditórias que podem ser observadas em organizações que elaboram políticas relacionadas à Internet (ou qualquer política supranacional ou internacional), reduzindo

46. Ver WGIG, § 40.

47. <http://www.intgovforum.org/cms/magabout>

48. Nomeadamente: “governos, setor privado, mídia, sociedade civil e comunidade técnica”, como enfatizado no § IV dos Termos de Referência do MAG: <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/mag-terms-of-reference>

49. Nomeadamente, governos, entidades empresariais, sociedade civil e organizações intergovernamentais “fazendo pleno uso dos conhecimentos das comunidades acadêmicas, científicas e técnicas”. Ver §§ 72.d e 73, Agenda de Túnis.

50. Nesse sentido, ao analisar a reação de alguns representantes do setor privado à proposta de usar as folhas de avaliação de ideias para validar e recomendar os resultados das coalizões dinâmicas do IGF, Malcolm (2015a) enfatizou que a proposta foi atendida com “exatamente a mesma forte reação com que esses loucos por controle [ou seja, alguns representantes do setor privado] (palavras da minha fonte) respondem a qualquer medida destinada a capacitar o IGF como um fórum político, de 2005 (quando se opuseram à própria formação do IGF) até hoje”.

assim sua atratividade como um fórum de discussão; que o IGF possa competir com as agências existentes; e que as recomendações do IGF representariam documentos vinculativos e atribuiriam implicitamente atribuições de decisão ao IGF, explicitamente proibidas pelo parágrafo 77 da Agenda de Túnis.

No entanto, esses temores podem ser injustificados à luz da diferença substancial entre a emissão de decisões vinculantes e a recomendação de documentos legais, como declarações de princípios, referências estruturais ou boas práticas. De fato, esses últimos documentos não são por natureza vinculantes e podem ser muito úteis para fornecer soluções políticas que inspirem os formuladores de políticas nacionais, promovendo políticas interoperáveis para enquadrar problemas comuns (Belli 2016; Belli & Foditsch 2016).

Nesse sentido, o mandato do IGF declara que o Fórum facilitará o “discurso entre órgãos que lidam com diferentes políticas públicas internacionais transversais relacionadas à Internet”, atuando como uma “interface com organizações intergovernamentais apropriadas e outras instituições [e facilitando] o intercâmbio de informações e melhores práticas [fazendo] uso total dos conhecimentos das comunidades acadêmicas, científicas e técnicas” (Agenda de Túnis, parágrafo 72.b.c.d.). Portanto, é justo afirmar que o não cumprimento do mandato do IGF resume-se a evitar recomendações, principalmente à luz da existência de resultados concretos que são produzidos anualmente por grupos intersessionais do IGF, como as Coalizões Dinâmicas (DCs)⁵¹ e os Fóruns de Melhores Práticas (BPFs).⁵²

No entanto, dada a dificuldade de obter consenso nos órgãos intergovernamentais tradicionais, mesmo para documentos não

vinculativos, não está claro se o IGF teria mais sucesso nesse aspecto. Nesse sentido, um processo de consenso, que normalmente não requer unanimidade dos participantes, pode ser adequado para elaborar esses documentos não vinculativos, por exemplo, com base na definição ISO de consenso⁵³ ou definindo especificamente quando o consenso pode ser considerado alcançado, mesmo sem unanimidade, como foi feito por algumas DCs.⁵⁴ A definição de regras internas que permitem estabelecer quando é alcançado consenso e um documento pode ser recomendado é um elemento que deve ser indubitavelmente considerado por qualquer órgão consultivo da Internet.

Trabalhando para o desenvolvimento de documentos não vinculativos, um grande número de participantes do IGF gastou esforços consideráveis em processos abertos e participativos, levando a resultados concretos através do IGF e, mais recentemente, através do processo conhecido como “Conectando (e Ativando) o Próximo Bilhão”⁵⁵, que visa reunir uma compilação de “opções de políticas” que podem ser estudadas, adaptadas e replicadas em contextos específicos. Apesar da ausência de um processo formal de “recomendação” dos documentos de resultados, é importante notar que alguns já inspiraram o trabalho de várias instituições. Por exemplo, a Carta de Direitos Humanos e Princípios da Internet⁵⁶, desenvolvida pela Coalizão de Direitos e Princípios da Internet, foi uma fonte considerável de inspiração para a Declaração de Direitos da Internet, apresentada pela Câmara dos Deputados italiana. Da mesma forma, em seus esforços para enquadrar a neutralidade da rede, os formuladores de políticas europeus se inspiraram substancialmente no Quadro Modelo sobre Neutralidade de Rede⁵⁷, desenvolvido pela DC sobre Neutralidade da Rede, que atualmente é

51. Veja, por exemplo, os resultados da CD sobre Neutralidade da Rede, <https://tinyurl.com/IGFoutcomesDCNN>; os resultados da DC sobre Responsabilidade das Plataformas, <https://tinyurl.com/IGFoutcomesDCPR>; ou os resultados da DC sobre Conectividade Comunitária, <https://tinyurl.com/IGFoutcomesDC3>

52. <http://www.intgovforum.org/cms/best-practice-forums/2015-best-practice-forum-outputs>

53. Ver as Diretivas ISO/IEC, primeira parte.

54. Consulte o Regulamento Interno da DC sobre Neutralidade da Rede, (iii) Consenso, <http://www.networkneutrality.info/about.html>, bem como o Regulamento Interno da DC sobre Conectividade Comunitária, 5.iii Consenso, <https://comconnectivity.org/about>

55. <http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion>

56. <http://internetrightsandprinciples.org/wpcharter>

57. O Quadro Modelo foi incluído em um relatório de especialistas apresentado no Comitê Gestor do Conselho da Europa sobre Mídia e Sociedade da Informação, em dezembro de 2013. (Belli & van Bergen, 2013) Fragmentos do Quadro Modelo foram utilizados pelo Comitê do Parlamento Europeu sobre Mercado Interno e Proteção do Consumidor, a fim de alterar a proposta de regulamento da Comissão Europeia que estabelece medidas relativas ao mercado único europeu das comunicações eletrônicas. Ver o Relatório IMCO 2013/0309 (COD), especialmente as modificações qualificadas como “Conselho da Europa e outros especialistas independentes”. Vários fragmentos foram incluídos no Regulamento da UE 2015/2120 que estabelece medidas relativas ao acesso aberto à Internet.

58. <http://thisisnetneutrality.org/>

utilizado como lei modelo por uma coalizão global de defensores dos direitos humanos⁵⁸, em um esforço para promover a legislação de neutralidade da rede em todo o mundo.

É um sinal muito positivo de que, após o 10º IGF, os documentos produzidos pelas DCs e pelos BPFs tenham sido finalmente reconhecidos oficialmente como resultados do trabalho intersessional do Fórum.⁵⁹ No entanto, enquanto os resultados desenvolvidos pelas DCs e pelos BPFs baseiam-se na abertura para os setores interessados em participar, seu processo de elaboração não é uniforme. Por um lado, os procedimentos das DCs refletem sua natureza essencialmente auto-organizada e de baixo para cima e, portanto, podem variar – não apenas quanto à substância, mas também no que diz respeito ao formato – dependendo das contribuições apresentadas pelos setores que compõem cada coalizão.⁶⁰ No entanto, todas as DCs aderem aos “três As”, que significam listas de discussão abertas, arquivos abertos e participação aberta, além da inclusão de opiniões divergentes em seus relatórios, a fim de promover a pluralidade de opiniões.⁶¹

Por outro lado, apesar de sua natureza multissetorial, os BPFs podem ser vistos como um esforço de cima para baixo orientado pelo MAG. De fato, o tema de todo BPF é proposto e aprovado pelo MAG. Os colaboradores do BPF são variados, abrangendo especialistas de vários setores, e existe uma prática estabelecida de nomear um membro do MAG para cada BPF, atuando como co-facilitador e ajudando a simplificar e estimular contribuições, bem como colaborar na redação final do documento de resultados.

Também é importante observar que, desde o IGF 2015, a comunidade do IGF pôde expressar sua própria opinião sobre resultados concretos, com voz sobre o conteúdo dos documentos propostos, usando uma folha de avaliação de ideias (IRS).⁶² Se o experimento participativo pode ser visto como bastante tímido, é notavelmente inovador para um fórum que evita a adoção de qualquer produto oficial há mais de uma década, pelas razões descritas acima. Além disso, para tornar esse experimento ainda mais inclusivo, foi estabelecida a prática de manter a IRS aberta até o final do ano civil, para permitir que os

indivíduos expressem reações sobre os principais resultados em questões como neutralidade da rede, responsabilidade das plataformas on-line e Internet das Coisas.

Além de promover o engajamento multissetorial no processo do IGF, a produção de resultados tangíveis é fundamental na produção de sugestões de políticas que podem ser valiosas para os formuladores de políticas nacionais e internacionais e que podem levar a uma harmonização legal e regulatória, com base em regras compatíveis, inspiradas nos documentos recomendados (Belli 2016). A elaboração de recomendações concretas decorrentes de discussões e consultas pluralistas é um elemento que deve estar presente em todos os órgãos consultivos da Internet.

CONCLUSÃO: PRINCÍPIOS MULTISSETORIAIS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS ABERTAS

Como destacamos nas seções anteriores, os processos multissetoriais de governança da Internet não apenas foram experimentados em nível internacional, mas, foram também incorporados em vários processos de governança nacional. Essa evolução baseia-se no pressuposto de que o mundo off-line e on-line influenciam-se mutuamente, e à medida que as leis off-line se aplicam on-line os “princípios consuetudinários” da Internet (Belli 2016), como abertura e participação multissetorial, podem ajudar a aprimorar a elaboração de políticas que afetam o ambiente on-line e o mundo off-line. Notavelmente, como os estados nacionais estarão inevitavelmente envolvidos em uma série de questões complexas e transnacionais, incluindo governança da Internet, questões de segurança nacional e políticas econômicas, parece aconselhável que políticas públicas sejam elaboradas considerando o maior número possível de pontos de vista, interesses e possíveis soluções.

Os governos têm um papel importante a desempenhar com relação a vários assuntos de governança da Internet, como a aplicação das leis existentes on-line, a adaptação de leis e políticas

59. <http://www.intgovforum.org/cms/>

60. Como exemplo, o resultado de 2017 do DC on Network Neutrality foi um mapa interativo on-line que fornecia informações de crowdsourcing sobre práticas de classificação zero em todo o mundo: <http://zerorating.info>

61. Terms of Reference of the Dynamic Coalitions Coordination Group (DCCG): <http://www.intgovforum.org/cms/dc-coordination-group-tor>

62. Resultados da folha de avaliação de ideias on-line: <http://www.intgovforum.org/cms/dynamiccoalitions/feedback>

para enfrentar os desafios digitais e talvez a elaboração de novas leis para cobrir novas raças de questões que possam surgir porque da evolução tecnológica.

Alguns exemplos excelentes da terceira situação são fornecidos pela elaboração do Marco Civil da Internet, a Lei Francesa da República Digital e, em menor grau, a Declaração Italiana dos Direitos da Internet. Esses exemplos ilustram como as consultas com várias partes interessadas podem ser incorporadas nos mecanismos tradicionais de governança democrática, a fim de fortalecer os processos de tomada de decisão com contribuições dos vários setores. Embora as consultas tenham sido abertas e amplas, as decisões finais foram tomadas por órgãos públicos que são responsáveis perante o povo através dos poderes do Estado. Note-se que esses regulamentos podem ser contestados judicialmente, caso não sejam consistentes com a lei ou a Constituição. Por outro lado, as sugestões de políticas elaboradas no âmbito do IGF demonstram que os esforços multissetoriais podem ir além da mera discussão e produzir propostas concretas que, independentemente de sua recomendação oficial, podem inspirar – e já inspiram – esforços de formulação de políticas nacionais e internacionais.

Portanto, as experiências acima mencionadas mostram que as contribuições das partes interessadas podem ser úteis para aumentar a qualidade do documento final, enquanto a possibilidade de o público expressar sua opinião dá aos órgãos públicos a possibilidade de destilar o interesse público e aumenta as chances de o resultado final ser aceito (Habermass 1998). Dessa forma, indivíduos e organizações têm a possibilidade de defender seu interesse e expressar seus pontos de vista, participando de um processo de “busca cooperativa pela verdade, onde nada coage ninguém, exceto a força do argumento [mais persuasivo]” (Habermas, 1998). Esse processo parece ser benéfico para expor o maior número possível de posições sobre as quais o interesse público possa ser identificado e as decisões públicas possam ser tomadas. Pelo contrário, se a decisão final estivesse sujeita à obtenção do consenso unânime multissetorial, não haveria uma decisão final, porque inevitavelmente a decisão não teria sido o resultado preferido de alguns setores.

Se desejamos ir além das fronteiras nacionais

(o que geralmente é necessário no caso da governança da Internet), incorporar processos multissetoriais à governança democrática em nível internacional não é algo óbvio, por várias razões (Hill 2016).

Primeiro, os membros de agências intergovernamentais são Estados e os atores não-estatais não podem participar plenamente de todas as discussões, mesmo que tenha havido progresso recentemente em permitir uma maior participação destes atores.

Segundo, os Estados não estão necessariamente dispostos a permitir que um de seus atores não-estatais contradiga suas próprias posições durante discussões internacionais: isso é compreensível na medida em que a posição do Estado deve refletir os interesses de todos os cidadãos do estado, de modo que o Estado não está disposto a dizer que esse não é o caso. Isso revela a importância de processos multissetoriais para o desenvolvimento de políticas e posições bem informadas que agregam a opinião pública e expressam o interesse público em relação a questões específicas que estão sendo discutidas internacionalmente. Além disso, se considerarmos a possibilidade de atribuir poderes de tomada de decisão aos mecanismos multissetoriais, não está claro como resolver as tensões entre atores não-estatais (empresas privadas ou organizações não-governamentais) e agências governamentais.

Terceiro, a participação em discussões internacionais normalmente envolve viagens e conhecimentos significativos de pelo menos um dos seis idiomas oficiais da ONU, mas, na prática, é necessário um bom conhecimento de inglês. Tais elementos podem representar filtros importantes, reduzindo de fato a abertura da participação para os poucos capazes de satisfazer essas condições, transformando assim os processos multissetoriais em “oli-setoriais”.⁶³

Quarto, e talvez o mais importante, as agências intergovernamentais são compostas pelos ramos executivos dos governos; não há equivalente internacional de um parlamento nacional e (além de algumas exceções) não existe um sistema judicial internacional vinculante. Assim, a separação de poderes que possibilita freios e contrapesos essenciais e fundamentais à democracia não existe no âmbito internacional.

Por isso, é importante ressaltar que os processos multissetoriais podem beneficiar os

63. Tal neologismo refere-se a um mecanismo baseado na participação de um grupo limitado (ὀλίγος / olígos “poucos”) de partes interessadas. (Belli 2016: 312).

processos democráticos existentes, mas não devem ser considerados como um possível substituto. Os processos multissetoriais podem fornecer contribuições diversas de alta qualidade e promover a coordenação e sinergia, não apenas entre diferentes partes interessadas, mas também dentro do mesmo grupo de interesse. Este último ponto é particularmente evidente em relação às agências e departamentos governamentais, que podem tirar grande vantagem das oportunidades de coordenação oferecidas pela participação nos esforços multissetoriais, como mostram os exemplos do Brasil e do Reino Unido.

É particularmente importante enfatizar que a abertura à participação também deve corresponder concretamente às políticas destinadas a discriminar positivamente os indivíduos e as partes interessadas que, de outra forma, não teriam a possibilidade de fornecer suas contribuições e comentários. Nesse sentido, as consultas (on-line) também devem ser acompanhadas de iniciativas pedagógicas e de capacitação, bem como de oportunidades concretas de financiamento para os setores que não dispõem de recursos financeiros necessários para participar. Além disso, os organismos multissetoriais devem ser adequadamente financiados e a transparência total deve ser aplicada em geral a todas as atividades desses organismos e, em particular, à gestão de recursos financeiros. Por fim, os conselhos que orientam a função e emitem recomendações em nome da entidade multissetorial devem ter uma composição pluralista, com os representantes eleitos democraticamente, refletindo a maior diversidade possível de interesses e pontos de vista.

Para concluir, oferecemos como anexo um conjunto de recomendações destinadas a facilitar o estabelecimento de órgãos consultivos nacionais multissetoriais em políticas da Internet.

ANEXO: ÓRGÃO CONSULTIVO MODELO SOBRE POLÍTICAS DA INTERNET

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O conselho do Corpo Consultivo sobre Políticas da Internet (CCPI) deve ter uma composição multissetorial, incluindo um terço dos membros representando diferentes agências e departamentos governamentais e dois terços representando setores não-governamentais. Os representantes governamentais devem ser nomeados pelo governo nacional e, além de atuar

no Conselho do CCPI, devem fazer a ponte com a respectiva entidade governamental. Os membros não-governamentais devem ser estruturados em três grupos constituintes, com igual número de membros representando:

- as comunidades empresariais;
- as entidades não-comerciais e usuários individuais;
- as comunidades acadêmicas e técnicas.

A escolha dos membros deve buscar o equilíbrio de gênero.

2. NOMEAÇÃO E ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Embora os representantes governamentais devam ser selecionados pelo governo nacional, os representantes dos setores não-governamentais devem ser nomeados livremente pelos respectivos constituintes, de acordo com processos abertos e transparentes. O colégio eleitoral empresarial deve ser estruturado em vários sub-setores, cujos membros devem nomear seus próprios representantes de forma independente.

Os membros do conselho devem ser eleitos para um máximo de dois mandatos consecutivos. Os membros do conselho devem agir de forma voluntária, mas devem ser reembolsados de qualquer despesa relacionada à atividade. Todos os membros do conselho e candidatos a membros devem publicar uma declaração de interesses, declarando fontes de financiamento e qualquer elemento suscetível de gerar conflito de interesses.

3. ATRIBUIÇÕES DO CCPI

O CCPI deve atuar no interesse público e promover uma ampla gama de iniciativas destinadas a facilitar a elaboração e implementação de políticas e programas nacionais relativos à Internet e, mais amplamente, as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Em particular, o CCPI deve:

- incidir em questões de política nacional e internacional;
- promover pesquisas e estudos de avaliação de impacto;
- organizar consultas nacionais itinerantes permitindo participação remota;
- promover o estabelecimento de grupos de trabalho que apóiem contribuições de especialistas ao trabalho do CCPI;
- elaborar recomendações baseadas nas

pesquisas desenvolvida, nos resultados das consultas e nas contribuições fornecidas pelos grupos de trabalho;

- promover iniciativas e programas pedagógicos que ajudem o público no entendimento de questões relacionadas às TICs.

4. COORDENAÇÃO COM PODERES EXECUTIVOS, LEGISLATIVOS E OUTROS ÓRGÃOS

O CCPI deve organizar reuniões periódicas com representantes do poder legislativo, bem como de vários componentes do governo nacional e dos governos locais, a fim de poder responder adequadamente à demanda e estabelecer sinergia a longo prazo com os atores

públicos. O CCPI deve manter um representante de relações internacionais que garanta a coordenação entre o CCPI e as organizações internacionais relevantes.

Os poderes legislativo e executivo devem solicitar aconselhamento do CCPI ao elaborar políticas sobre questões relacionadas às TICs.

5. FINANCIAMENTO

O CCPI deve ter financiamento suficiente para desempenhar suas funções de forma independente. Idealmente, uma parte das receitas produzidas pelo registro de nomes do ccTLD do país (dependendo da escala) deve ser dedicada ao financiamento das atividades do CCPI. ■

SOBRE OS AUTORES

Carlos A. Afonso, mestre em Economia com estudos de doutorado em Pensamento Social e Político, é diretor-executivo do Instituto Nupef; **Luca Belli** é pesquisador sênior da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador associado do Centre de Droit Public Comparé da Universidade de Paris; **Diego R. Canabarro**, PhD, é consultor da Internet Society; **Judith Herzog** é chefe de assuntos e previsões da União Europeia no Conselho Digital Francês; **Richard Hill** é o presidente da Associação para Governança Justa da Internet; **Stefano Trumpy**, engenheiro, pioneiro da Internet na Itália, é presidente honorário do capítulo italiano da Internet Society.

REFERÊNCIAS

- Almeida, V., Getschko, D. e Afonso, C.** "The Origin and Evolution of Multistakeholder Models", IEEE Internet Computing, vol.19, n. 1, pp. 74-79, jan.-fev. 2015.
- Badii, F.** "Will the UN Kill the IGF?". Internet Governance Project. <http://www.internetgovernance.org/2016/05/29/will-the-un-kill-the-igf>. 29 de maio de 2016.
- Belli, L.** De la gouvernance à la régulation de l'Internet. Paris: Berger-Levrault. 2016
- Belli, L.** (2015). "Heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking". Internet Policy Review 4 (2).
- Belli, L. e Foditsch, N.** "Network Neutrality: An Empirical Approach to Legal Interoperability", em Belli, L. e De Filippi, P. (Eds.). Net Neutrality Compendium: Human Rights, Free Competition and the Future of the Internet. Springer. 2016.
- Belli, L. e van Bergen, M.** "Protecting Human Rights through Network Neutrality: Furthering Internet Users' Interest, Modernising Human Rights and Safeguarding the Open Internet". Conselho da Europa. CDMSI: 2013.
- Bollow N., e Hill R.** "Thoughts on Best Practices for Multistakeholder Participation Mechanisms". http://www.apig.ch/best_practices.pdf. 2014.
- Bollow N., e Hill R.** "Reflections on Making Internet Governance Democratic and Participative". http://www.apig.ch/democratic_and_participative.pdf. 2015.
- Bradner, S.** "IETF Working Group Guidelines and Procedures, Request for Comments: 2418". <https://tools.ietf.org/html/rfc2418>. 1998.
- Conselho da Europa.** "Declaration of the Committee of Ministers on human rights and the rule of law in the Information Society". CM(2005)56 final. 13 de maio de 2005.
- Conselho da Europa.** "Declaration by the Committee of Ministers on Internet governance principles". 21 de setembro de 2011.
- De Nardis, L. e Raymond, M.** "Thinking Clearly about Multistakeholder Internet Governance", Eighth Annual GigaNet Symposium, Bali Indonesia. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=235437721. Outubro de 2013.
- Gasser, U., Budish, R. e West, S.M.** "Multistakeholder as Governance Groups: Observations from Case Studies". Berkman Center Research Publication No. 2015-1. 14 de janeiro de 2015.
- Glaser, H. e Canabarro, D.** "Before and after the WGIG: Twenty years of multistakeholder Internet governance in Brazil" em Drake, W. (org.). The Working Group on Internet Governance - 10th anniversary reflections. <https://www.apc.org/pt-br/node/21230>. 2015, v. 1, p. 141-155.
- Habermas, J.** Between Facts and Norms Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, Mass.: The MIT Press. 1998.
- Hill, R.** "Internet governance, multi-stakeholder models, and the IANA transition: shining example or dark side?" Journal of Cyber Policy, Vol. 1 No 2. <http://dx.doi.org/10.1080/23738871.2016.1227866>. 2016.
- Hoffman, J.** "Multi-stakeholderism in Internet governance: putting a fiction into practice", Journal of Cyber Policy, Vol. 1 No 1, pp. 29-49. <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/23738871.2016.1158303>. 2016
- ITU – Resolução 140.** "ITU's role in implementing the outcomes of the World Summit on the Information Society". Rev. Guadalajara, 2010.
- ITU – Resolução 140.** "ITU's role in implementing the outcomes of the World Summit on the Information Society and in the overall review by United Nations General Assembly of their implementation". Rev. Busan, 2014.
- Maciel, M., Zingales, N. e Fink, D.** "NoC Internet Governance Case Studies Series: The Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance (NETmundial)". http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2643883. 2015.
- Malcolm J.** "Idea Rating Sheets for validation of IGF dynamic coalition outputs". IGFWatch News. <http://igfwatch.org/discussion-board/idea-rating-sheets-for-validation-of-igf-dynamic-coalition-outputs?func=rate;rating=5>. 26 de outubro de 2015a.
- Malcolm, J.** "Criteria of Meaningful Stakeholder Inclusion in Internet Governance". Internet Policy Review. Vol. 4, no. 4. 2015b.
- OECD.** "The Seoul Declaration for the Future of the Internet Economy". OECD Ministerial Meeting, Seoul. 17-18 de junho de 2008.
- OECD.** "Council Recommendation on Principles for Internet Policy Making". <http://www.oecd.org/internet/ieconomy/49258588.pdf>. 13 de dezembro de 2011.
- Souter, D.** "Information and Participation in Internet Governance". Report for the Council of Europe. UNECE APC. 2009.
- Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação.** WSIS-05/TUNIS/DOC/6(Rev. 1)-E. <https://www.itu.int/net/wsisis/docs2/tunis/off/6rev1.html>. 18 de novembro de 2005.
- WGIG.** "Report of the Working Group on Internet Governance". <http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>. 2005.



Francesca Musiani, Professora de pesquisa associada e vice-diretora do Centro de Internet e Sociedade do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS), na França¹

MULTISSETORIALISMO: ultrapassando o status de “remédio milagroso”?

Nos seus primórdios, a Internet foi usada e autogerida por pares, a maioria deles especialistas em computação norte-americanos. O governo dos Estados Unidos, que financiou em grande parte sua criação, alega responsabilidade histórica em sua gestão e seu desenvolvimento - do que seu setor de negócios se beneficiou imensamente. Mas desde que a Internet de pioneiros se tornou a coluna vertebral das economias e sociedades contemporâneas, os desafios da “sociedade da informação” abriram as portas para o campo da política pública. A Assembleia Geral das Nações Unidas então decidiu, nos primeiros anos da década de 2000,

dedicar uma nova cúpula mundial àqueles desafios: a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI, ou WSIS na sigla em inglês) que, ao contrário de suas predecessoras, era para encorajar organizações intergovernamentais, inclusive instituições regionais e internacionais, entidades civis e o setor empresarial, a contribuírem e participarem ativamente dos processos de governança da Internet.

Sua organização foi confiada à União Internacional de Telecomunicação (UIT), mas a legitimidade da estrutura dessa agência multilateral (criada para controlar redes de telégrafo no século XIX) e seus propósitos foram

1. Ver também:

Musiani, F. (2013). “WSIS+10: the self-praising feast of multi-stakeholderism in internet governance”. *Internet Policy Review*, 2(2). DOI: 10.14763/2013.2.121: <https://policyreview.info/articles/analysis/ws10-self-praising-feast-multi-stakeholderism-internet-governance>
Musiani, F. & Pohle, J. (2014). “NETmundial: only a landmark event if ‘Digital Cold War’ rhetoric abandoned”. *Internet Policy Review*, 3(1). DOI: 10.14763/2014.1.251: <https://policyreview.info/articles/analysis/netmundial-only-landmark-event-if-digital-cold-war-rhetoric-abandoned>

imediatamente contestados diante das posições recentemente adquiridas, de uma ideologia liberal-libertária e um modelo de gestão — encarnado principalmente pela ICANN — que mostrou-se possível durante a precoce e rápida expansão da Internet.

Jogos de alianças variadas entre os Estados-membro e as empresas, entre delegações do governo e sociedade civil, entre técnicos e especialistas acadêmicos, vieram à tona então, com papéis e interesses muito vagos, o que era às vezes estrategicamente incentivado. O fracasso da conferência no âmbito funcional levou à criação do IGF para “continuar o diálogo” entre diferentes setores em uma governança da Internet internacional, em pé de igualdade, mas sem poder de recomendação ou decisão.

UMA “NOVA FORMA DE COMUNIDADE POLÍTICA”

Segundo Milton Mueller (2014), a visão que orienta essa forma de comunidade política, em que a decisão é desconectada dos debates, tropeça na ausência de definição clara do processo e em uma realidade de *facto* muito menos contestadora dos jogos de poder.

Por exemplo, a Corporação de Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), associação californiana de direito privado sem fins de lucro, imediatamente apresentou-se como a síntese de uma operação multissetorial, em virtude de sua estrutura - um conjunto de comitês consultivos e de representantes de grupos de interesse, inclusive um para governos e outro para usuários - e de seus procedimentos (o conselho de diretores somente deve aprovar decisões de consenso da comunidade, e a equipe executiva limita seu papel a implementar as decisões do conselho diretor). Mas, na prática, o conselho sempre teve inclinação a tornar-se autônomo e a tomar decisões sem origem no processo de desenvolvimento multissetorial, e sem prestar contas a qualquer órgão representativo. No entanto, todos os membros do conselho diretor sempre defenderam com vigor a habilidade do modelo multissetorial de levar o ponto de vista dos usuários da Internet para o âmbito mundial.

O Fórum de Governança da Internet (IGF), por sua vez, é um evento supervisionado pelas Nações Unidas que não toma decisões. Nessa organização, a promoção de processos multissetoriais é um requisito estrutural ao mesmo tempo que é um ato de fé. No entanto, seus defensores mais fervorosos, as entidades

civis, oscilam entre o entusiasmo e a desilusão. Claramente, desde a CMSI, o IGF foi estruturado dentro de um quadro de intervenção que é mais ou menos respeitado, e sua contribuição para as discussões é amplamente reconhecida. Mas depois de 14 encontros anuais em diferentes partes do mundo e a emergência de IGFs nacionais e regionais, os problemas sem solução estão apenas acumulando-se, o fórum ainda não pode emitir recomendações oficiais e, a despeito de um aumento no número de inscritos, a rotatividade dos participantes é combinada com a quase profissionalização de um certo número deles.

Finalmente, e acima de tudo, a síntese dos debates majoritariamente escapa da sociedade civil mais “ampla”: ela acontece atrás de portas fechadas, primeiramente dentro do Grupo Assessor Multissetorial (MAG), que representa uma espécie de conselho diretor do IGF, e depois se estende para as bases das comissões e dos conselhos da ONU, em sua maior parte sem nenhuma consequência prática visível. Entre os objetivos dessas diferentes instâncias existe um desejo de assegurar a segurança e estabilidade da internet, organizar a participação de todos os setores interessados, manter a “redes das redes” neutra e aberta, e acima de tudo guiar seu desenvolvimento de acordo com direitos fundamentais. Mas a ambiguidade só tem crescido.

UM HISTÓRICO PROBLEMÁTICO

Ao fim das duas fases da CMSI (2003 e 2005), a sociedade civil, embora oficialmente um único grupo de interesse, tinha produzido “declarações” separadas. Durante a sessão de abertura do NETmundial (2014), o discurso de seu representante foi aplaudido. Mas o método de preparação dessa conferência “alternativa” – por governos somente, em última instância – e o conteúdo do documento final permaneceram vagos em relação a questões que eram essenciais, como a neutralidade da rede e a vigilância eletrônica em massa, e faltou um cronograma para a ação. Portanto, eles receberam críticas de muitas organizações e grupos (por exemplo BestBits).

Muito mais problemática foi a missão, atribuída à ICANN, de prover, ela mesma, soluções adequadas para implementar o fim da supervisão de suas atividades pelo governo estadunidense. Por um longo tempo, a organização projetou para si uma imagem de juiz e parte interessada ao mesmo tempo, arregimentando especialistas “independentes” conhecidos por terem colaborado previamente com suas atividades. Além disso, foi

bastante cuidadosa ao respeitar a determinação da Administração Nacional de Telecomunicações e Informação (NTIA, do Departamento de Comércio dos EUA) para operar a transição para a autonomia e internacionalização da função da IANA “fora de qualquer solução intergovernamental”.

Outra evidência de que o debate está sendo capturado pelos atores mais poderosos foi dada pela Iniciativa NETmundial entre 2014 e 2016, feita em conjunto pelo Presidente da ICANN e os organizadores do Fórum Econômico Mundial em Davos. Na época, o espectro de Dubai era influente: em dezembro de 2012, uma conferência da UIT tinha proposto renegociar um conjunto de regulações das telecomunicações internacionais para adaptá-las às novas realidades do setor.² Temendo que isso fosse fortalecer o papel da agência na governança global da Internet, os Estados Unidos e seus aliados se recusaram a assinar o acordo final, alegando que os estados autoritários (Rússia, China e diversos países árabes) tirariam vantagem dele para fortalecer o controle estatal sobre a Internet e por meio disso reafirmar um conceito obsoleto de soberania.

No entanto, a “guerra fria digital” não aconteceu e o multissetorialismo colheu novas justificativas: um regime inclusivo mas descentralizado, um poder em rede, em que direitos, deveres e responsabilidades são compartilhados. Seus apoiadores apresentam esse modelo como um meio termo entre visões opostas da governança da Internet: nem totalmente autorregulada, nem exclusivamente privatizada, tampouco inteiramente sujeita ao controle estatal. Essa ambição parece fora de alcance, devido à falta de vontade, de estrutural social e jurídica e de instrumentos para construir um consenso global e para evitar um cenário em que alguns são “mais iguais” que outros. Mas houve avanços para as partes interessadas no multissetorialismo e, em particular, para esse heterogêneo ator chamado “sociedade civil”?

“SOCIEDADE CIVIL” EM CONSTRUÇÃO

O envolvimento da sociedade civil nos debates sobre governança da Internet é parte de um movimento de “participação de atores não estatais em assuntos públicos” de longa data. De acordo com Jean-Pierre Roca (2001), as relações que as Nações Unidas têm mantido com sociedade

civil por muitas décadas baseiam-se em três perspectivas: a funcionalidade, em que a ênfase está na expertise temática dos atores (em termos de clima, saúde, diversidade linguística e cultural, liberdade de expressão etc); o corporativismo, que favorece a gestão conjunta, em programas de desenvolvimento por exemplo; e a democracia global, enfatizando participação e pluralismo.

Dentro da estrutura da CMSI, a relação Nações Unidas-sociedade civil envolveu uma mobilização da expertise da “comunidade técnica” brigando contra a desigualdade digital Norte-Sul, e construindo um consenso para uma governança da Internet “mais democrática”. No entanto, a sociedade civil na CMSI tem geralmente oscilado entre diferentes níveis de coerência institucional, entre a qualidade de um espaço aberto e àquela de um ator muito organizado entre outros atores - como apontado por Jeanette Hofmann.

Pesquisadores como Françoise Massit-Folléa e Amar Lakel (2007) foram capazes de apontar o papel positivo desempenhado pela sociedade civil nesse contexto, destacando que a heterogeneidade de fato colocou vários problemas relacionados à logística organizacional e também à parte substantiva dos debates, mas membros da sociedade civil indiscutivelmente tornaram o debate mais rico ao insistirem, mais do que outros atores, em abertura, transparência, consensos construídos de baixo para cima e comprometimento com princípios universais como direitos humanos.

Essas demandas continuaram aparecendo a cada encontro do IGF, na criação de fóruns regionais, durante o NETmundial e em discussões que aconteceram em múltiplos fóruns - Unesco, Conselho da Europa, parlamentos nacionais, mas também na ICANN. No entanto, a sociedade civil caracterizou-se ela mesma por controvérsias e mudanças de poder sem fim, porque não consegue resolver os dois maiores problemas relacionados a representatividade e legitimidade.

Para muitos, não é particularmente problemático que os membros supostamente da “sociedade civil” vistam mais de um chapéu, por exemplo como engenheiro de uma grande empresa e ativista de uma ONG, ou que seja pesquisador de um think-tank e, ao mesmo tempo, de uma delegação governamental. No entanto, dois campos surgiram, em apoio ou contra a liderança dos Estados Unidos, que

2. Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT-12), Dubai, 3-4 de dezembro de 2012: <https://www.itu.int/en/wcit-12/Pages/default.aspx>

inicialmente cobriam dois tipos de expertise: uma de veteranos da Internet, com enfoque nas questões tecnoeconômicas e favoráveis a uma regulação mínima, e os membros de entidades civis envolvidos com a CMSI, mais familiarizados com procedimentos de negociação. Por meio de uma produção regular de análises e pontos de vista (sobre a história da Internet, sobre a ICANN, sobre a CMSI) bem documentados, alguns se tornaram assistentes extremamente qualificados na organização da CMSI, depois tornaram-se planejadores e co-organizadores do IGF, física e conceitualmente incorporando o objetivo participativo dessas instâncias.

A sociedade civil portanto se autolegitima de acordo com dois critérios principais: um sistema de valores que se pretende universal, e a competência e eficiência de alguns de seus membros que se tornaram “semi-profissionais” dos processos das Nações Unidas. Eles baseiam-se na sobreposição de causas e expertises que valem igualmente a pena - às vezes explicitamente reconhecendo que é difícil demonstrar unidade da “sociedade civil”.

Nos encontros internacionais de governança da Internet, a participação dos países emergentes, ou dos países menos desenvolvidos, tem aumentado de forma geral, apesar das barreiras de recursos e de línguas. No entanto, três problemas persistem: dentro de um mesmo país, a sociedade civil é dividida em relação às prioridades quanto a problemas e soluções; em âmbito multilateral, muitos governos são por vezes instáveis e isso confunde as coisas para seus cidadãos; finalmente, o desenvolvimento de habilidades para os participantes não ocidentais requer recursos financeiros e humanos (bolsas para viagens, eventos de capacitação, missões consultivas, etc) que são em grande parte fornecidos por beneficiários do status quo.

BUSCANDO LEGITIMAÇÃO (E ESTRATÉGIAS COERENTES)

A questão da legitimidade política da sociedade civil internacional segue sendo um problema. Muitos autores, por exemplo Mac Raboy (2004), acreditam que a organização da CMSI em si deu legitimidade externa para a sociedade civil envolvida na governança da Internet – uma legitimidade frágil que não pode ser demonstrada

“Os tipos e abrangência das ações que a sociedade civil utiliza são normalmente resultado de escolhas estratégicas contraditórias, e a governança da Internet não é imune a isso.”

em números, dada sua permanente exclusão nos processos decisórios. Além disso, os membros da sociedade civil na CMSI não vieram todos de entidades civis existentes: muitos, em particular entre os especialistas acadêmicos e técnicos, envolveram-se por meio de autopromoção.

Os tipos e abrangência das ações que a sociedade civil utiliza são normalmente resultado de escolhas estratégicas contraditórias, e a governança da Internet não é imune a isso. Ao contrário daqueles que aceitam o jogo da participação, alguns ativistas optam por ir contra ou por abster-se dele. O primeiro caso é ilustrado pela existência de fóruns alternativos, em que um encontro é realizado em um país com pouco ou nenhum respeito por direitos humanos: esse foi o caso da CMSI da Tunísia em 2005 e mais recentemente de iniciativas como o Fórum de Desgovernança da Internet³, a que somaram-se participantes do IGF. Esses nomes destacam a contradição entre a reivindicação pacífica por um regime de governança e a situação concreta dos usuários de Internet em um país específico.

A outra posição, mais radical, é a de

3. https://en.wikipedia.org/wiki/Internet_Ungovernance_Forum

ciberativistas que, recusando-se a entrar num debate que consideram estéril, desafiam-no não no nível discursivo, mas no nível da arquitetura e aplicações da Internet, como Stefania Milan (2013) demonstrou. Os desenvolvedores e difusores de soluções como software livre, arquitetura P2P, *open roots* (raízes alternativas de nomes de domínio), técnicas de criptografia e de anonimização, propõem essas alternativas ao monitoramento e vigilância dos usuários de Internet e à captura de seus dados pessoais pelos serviços de segurança do Estado e pelos “gigantes da Internet”, as principais empresas da economia digital de hoje.

Diversos estudos avaliaram a habilidade da Internet de empoderar indivíduos e grupos para buscarem, compartilharem e difundirem informações, para criar novas convergências e novas formas de solidariedade. As redes foram inclusive entendidas como novas formas de fazer política, que substituiriam a representação por formas temporárias e voluntárias de colaboração em torno de comunidades de interesse. Mas ao mesmo tempo a Internet promove a expansão da economia globalizada que é potencialmente destrutiva da diversidade cultural e indiferente ao bem comum. E a contestação cada vez mais amplamente compartilhada dos atuais órgãos de governança global está levando-nos de volta a questões relacionadas à soberania nacional, sob o risco de fragmentação da rede que se diz global.

O conceito de multissetorialismo permitiu a emergência da sociedade civil como um parceiro nos debates sobre a governança internacional da Internet, de acordo com um modelo baseado em vagas noções de participação e deliberação, oscilando entre o realismo e a utopia, e não isento de conflitos de interesses (nos sentidos econômico e financeiro). Mas há evidências – por exemplo no trabalho de Arne Hintz (2014 – de que enquanto os grupos da sociedade civil envolvidos no IGF apoiam o processo multissetorial e reivindicam sua continuidade, ativistas externos afirmam que a sociedade civil não tem capacidade de contribuir de maneira significativa para uma agenda dominada por interesses diametralmente opostos aos seus, exceto para dar legitimidade a essa agenda, que frequentemente não a merece.

Em resumo, o envolvimento da sociedade civil nos arranjos multissetoriais sofrem por diversos problemas recorrentes: falta de visão comum e inclusão, representatividade baseada em uma forma de meritocracia, ausência de legitimidade

política potencialmente excluindo a colaboração no processo decisório. Isso pode levar a sociedade civil a tornar-se mais um espaço simbólico do que um ator político estabelecido. A incongruência de suas escolhas estratégicas, para além do seu apego aos princípios fundamentais dos direitos humanos, pode levar ao enfraquecimento de suas posições no modelo de multissetorialismo proposto, uma vez que os mecanismos atuais e os órgãos de governança efetivamente não têm por objetivo a redistribuição de poder; ao contrário, eles efetivamente aumentam o peso dos atores econômicos nas políticas públicas.

Além disso, esse modelo, que se diz, com alguma razão, uma inovação pós-democrática mais adaptada aos desafios do nosso século, às vezes confunde os meios com os objetivos. O que deveria elevar atores não estatais transnacionais ao mesmo nível dos governos frequentemente termina reafirmando, como diz Barlow (1996), que “os habitantes do ciberespaço precisam de sua própria nação”. Infelizmente, esse tipo de discurso exclui a necessidade de pressionar os poderes concretos de governança técnica e política, ao ponto de se poder considerar às vezes uma manipulação – voluntária para alguns, involuntária para outros – mais do que uma reconfiguração positiva do espaço de políticas públicas para a Internet, apesar de todas as energias e boa vontade daqueles que investem nisso. No entanto, na conclusão deste artigo, vou sugerir um caminho possível em que o mantra do multissetorialismo possa ser revisitado.

A GOVERNANÇA DA INTERNET (MULTISSETORIAL) COMO UMA ORDEM SOCIAL PLURAL

Graças ao sucesso da Web, o considerável desenvolvimento da Internet desde a década de 1980 tem acontecido em um ritmo sem precedentes, que surpreendentemente não comprometeu sua estabilidade estrutural, a despeito de seus mais de quatro bilhões de usuários e da enorme diversificação de ferramentas de conexão. Ela ainda atende a expectativas e promessas diversas, mesmo que haja uma recente tendência a enfatizar todas as ameaças colocadas ao funcionamento de nossas sociedades. Seu forte crescimento não levou à abolição das fronteiras, nem ao fim das desigualdades.

Dever-se-ia então ser lembrado que “a

Internet” na realidade constitui um complexo sistema sociotécnico, cujos componentes diversos (arquitetura, infraestrutura, linguagens de computação, aplicações e usos) são de responsabilidade dos vários atores, que são forçados a colaborar mas também competem entre si, e também diversos modos de regulação, incluindo jurisdições, relações contratuais, escolhas tecnológicas, autodisciplina comunitária e responsabilidade corporativa. Para lidar com governança, devemos então falar para e pela sua pluralidade. Isso implica fazer distinções: entre as autoridades formais e informais; entre os campos de ação, operacional ou normativo; e entre seus diferentes níveis de transparência e responsabilização, obrigatória ou voluntária.

É importante também considerar que o campo de atores preocupados com a governança da Internet na realidade estende-se a outras organizações internacionais que gerenciam

sistemas sociotécnicos complexos em todo o mundo: comércio, padronização, propriedade intelectual... e meio ambiente! É então uma (vasta, e complexa, mas necessária) questão determinar quais princípios e quais modalidades de ação são apropriadas para diferentes atores, articulá-las e ordená-las, de modo a se determinar sua efetividade numa realidade plural.

O multissetorialismo pode encontrar seu lugar nessa perspectiva, quando nós minimizarmos seu status de remédio milagroso para a crise de confiança entre os gestores técnicos da internet e usuários de um lado, e entre usuários e as instituições políticas nacionais e internacionais do outro. Mas, para fazer isso, precisamos começar a distinguir os modos e caminhos para a regulação de um sistema técnico complexo em evolução permanente, um meio inovador de trocas sociais, culturais e econômicas e um novo veículo de relações políticas. ■

REFERÊNCIAS

Barlow, J. P. (original 1996, reimp. 2019). “A Declaration of the Independence of Cyberspace”. *Duke Law & Technology Review*, 18(1), 5-7.

Hintz, A. (2014). “Forums on Internet Governance Reveal Tensions Over How the Web Should Be Regulated”. *Information Policy*: <https://www.i-policy.org/2014/09/forums-on-internet-governance-reveal-tensions-over-how-the-web-should-be-regulated.html>

Lakel, A. & Massit-Folléa, F. (2007). “Société civile et gouvernance de l’internet : la construction d’une légitimité ambiguë”, *Hermès, La Revue* 2007/1 (n° 47): <https://www.cairn.info/>

[revue-hermes-la-revue-2007-1-page-167.htm#](https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2007-1-page-167.htm#)

Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: Wiring social change*. Springer.

Mueller, M. (2014). “Internet nation?” *Palestra no IGF 2014, Istanbul*.

Raboy, M. (2004). « The World Summit on the Information Society and its Legacy for Global Governance », *The International Journal of Communications*, vol. 66, n° 3-4.

Roca, P.J. (2001). “Des mandats ambigus, Société civile mondiale. La montée en puissance”. N° 63: <http://archives.courrierdelaplanete.org/63/article5.html>



Quem, o quê e como

Mapeamento de grupos de interesse, questões e mecanismos de governança da Internet na América Latina

Este artigo mapeia o ecossistema de governança da Internet e sua evolução na região em três dimensões críticas: multissetorialismo, agenda em evolução e abordagens e pontes que conectam o nacional, o regional e o global. Embora esta não seja uma abordagem abrangente, é um exercício para rastrear os contornos das interações que cercam esse tópico na América Latina. A última seção aborda a evolução e os efeitos dos fóruns nacionais e regionais (NRIs) relacionados ao Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF) na região.

Embora eles sejam apenas uma parte do ecossistema de governança da Internet e não o ponto focal da mesma, eles capturam os princípios

que prevalecem desde a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) sobre como isso deve ser abordado e discutido. Embora estejam em evolução na região desde 2014, os resultados iniciais sugerem que eles devem ser mais proativos na avaliação da relevância e necessidade de suas respectivas comunidades, a fim de alcançar maior legitimidade e eficácia na discussão das políticas da Internet. Por fim, o trabalho sugere que é necessário adaptar-se a uma agenda em evolução da governança da Internet que não está apenas alterando algumas das questões, mas também novas composições e mecanismos de grupos de interesse para resolvê-las.

INTRODUÇÃO

A Internet comemorou seu 50º aniversário em 2019. Embora possa ser questionável marcar essa data como seu aniversário, já que seu protocolo principal – o TCP / IP – ainda não havia sido desenvolvido, de uma perspectiva sociotécnica em 1969 os princípios técnicos subjacentes essa nova abordagem de rede abraçaram valores de liberdade humana, inovação e criatividade. Estes foram fundamentais para o desenvolvimento de uma tecnologia de uso geral que, no século XXI, agora é difundida por mais da metade dos habitantes do mundo. Apesar de ser cada vez mais controlada, centralizada e usada para práticas de vigilância, a Internet ainda permanece um espaço para experimentação social e institucional, incluindo seus modelos e abordagens de governança.

O acesso a uma Internet aberta e segura que respeite os direitos humanos é uma aspiração que pode ser equiparada ao acesso a uma espécie de bem público global no século XXI¹. Cada vez mais, e apesar da distopia em torno de muitas narrativas do futuro digital, os cidadãos confiam na Internet para acessar e trocar informações que ajudam a melhorar sua vida cotidiana. A abertura da Internet desafia um controle centralizado e, portanto, uma única abordagem para seu design e controle; depende de múltiplos atores e níveis de cooperação para o trabalho. Com o nascimento dessa tecnologia, surgiu um desafio de governança que faz parte das questões críticas do século XXI.

A governança da Internet pode ser caracterizada por três atributos principais: é multissetorial, uma vez que não pode ser governada por um ator ou um único conjunto de atores – por exemplo, governos – e se baseou em mecanismos de governança para orientar, orientar e fornecer estruturas; é multitemática – em consequência do modelo em camadas da Internet sua arquitetura compreende as camadas física, de enlace, protocolo, transporte, aplicativo e conteúdo e cada uma implica diferentes abordagens, mecanismos e grupos de interesse; um terceiro atributo é que ela é multinível, o que implica que o global, regional e nacional / local estão cada vez mais imbricados, em decorrência da dimensão jurisdicional legal e institucional dos tipos de atores envolvidos (van Kersbergen e van Waarden, 2004).

A Internet desenvolveu-se e organizou-se em

“A governança da Internet é multissetorial, uma vez que não pode ser governada por um ator ou um único conjunto de atores e se baseou em mecanismos de governança para orientar, orientar e fornecer estruturas; é multitemática, em consequência do modelo em camadas da Internet; e é multinível, o que implica que o global, regional e nacional / local estão cada vez mais imbricados.”

muitos dos países mais ricos desde os anos 80, mas havia menos de um punhado de estados latino-americanos com acesso a ela na época. Os valores subjacentes a essa nova abordagem tecnológica para as redes ameaçavam os monopólios de controle centralizado e telecomunicações, que estavam em desacordo com o clima político e institucional em muitos dos contextos nacionais da América do Sul naqueles anos. Mas isso mudou durante a década

1. A Internet não é um bem público global como tal, pois depende de uma infraestrutura rival que, ao mesmo tempo, gera exclusividade. No entanto, a abordagem para conceituar o acesso à Internet a partir dessa perspectiva funciona como uma abordagem normativa que enquadra muitos direitos humanos. Porém, é importante ressaltar que as perspectivas de bens públicos e direitos humanos aportam dois registros de pensamento político. Se combinados, eles contribuem com uma resposta geral ao desafio de como elaborar uma ética global da responsabilidade social coletiva, como portadores de ideias de justiça e governança globais.

de 1990, quando a conexão à Internet se tornou uma prioridade cada vez maior para a região, pois era mais relevante não apenas para universidades e empresas, mas para usuários individuais que seguiam as tendências em outras partes do mundo (Castells, 2000; Conselho da Europa, 2009).

Durante a década de 90, o clima político favorável à democracia na região não apenas incentivou a adoção dessa tecnologia de rede, mas também estava propenso a mecanismos multissetoriais para o desenvolvimento de políticas. O objetivo geral de introduzir esses novos instrumentos era melhorar os canais de participação dos cidadãos com o governo, aumentando a responsabilidade e a formulação mais abrangente de políticas públicas (ELLA, 2012). Esse novo momento político favoreceu a abordagem de abertura e descentralização, incorporada aos princípios estruturantes centrais da Internet.

A expansão da Internet na América Latina levou atores regionais a abordar os principais recursos de governança da Internet já descritos: a abordagem multissetorial em uma região que precisou aprender com esses processos; as múltiplas questões incorporadas na agenda de uma tecnologia de várias camadas envolvendo capacitação; e a interação dos diferentes níveis de participação. Este artigo procura mapear uma amostra de abordagens para a governança da Internet na América Latina, examinando a interação desses três atributos no ecossistema regional dos grupos de interesse, particularmente nos Estados; na última seção, examina as configurações institucionais que surgiram nos últimos anos com os NRIs.

UMA CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DOS SETORES NAS ABORDAGENS SOBRE A GOVERNANÇA DA INTERNET E O PAPEL DOS ESTADOS

A abordagem multissetorial para a governança da Internet tem sido, nas últimas três décadas, um de seus atributos definidores. De uma perspectiva política, o multissetorialismo é uma abordagem para canalizar a participação e moldar as decisões. Este é um modelo que promove uma alternativa à política eleitoral como uma maneira de alcançar a representação democrática além do Estado nacional (Scholte, 2017). Embora não seja um fenômeno novo, desde a década de 1970 surgiram iniciativas de governança do setor privado que deslocaram a capacidade regulatória dos governos para outros setores, em particular para as partes lideradas pela indústria (Abbot e Snidal, 2008).

Embora não exista uma definição única para mecanismos de participação múltipla e ainda sejam considerados uma “instituição incipiente” (Raymond e DeNardis 2015), o princípio subjacente é que esses mecanismos baseiam-se nas apostas dos atores envolvidos em um tema. Dependendo do processo e do ambiente institucional, os mecanismos podem fornecer poder de voto e de tomada de decisão a todas as partes envolvidas e, em muitos casos, em pé de igualdade. A abordagem multissetorial contesta principalmente mecanismos multilaterais, onde apenas os atores estatais têm autoridade para tomar decisões, mas a governança multissetorial da Internet ainda é uma solução imperfeita, pois detém déficits de responsabilização e representação em relação aos atores anteriormente marginalizados nos quais a governança policêntrica da Internet está sendo exercida (Scholte, 2017). No entanto, em termos de governança democrática, é de longe o modo predominante de abordar questões da Internet.

Esta seção trata de uma visão geral das diferentes abordagens setoriais sobre a governança da Internet na América Latina, com um foco particular no papel dos Estados. Embora existam vários níveis de problemas que estão moldando o espaço de políticas e da governança da Internet, impulsionados por diferentes atores e setores na região, com instrumentos que variam de políticas públicas a regulamentações nacionais, de decisões corporativas a campanhas da sociedade civil, a Internet molda comunidades e Estados nacionais, na medida em que o Estado está forçando a Internet a se conformar com os instrumentos estatais de governança (Kohl e Fox, 2017; Sassen 2006). Ao avaliar uma comunidade nacional, isso implica levar em consideração os limites e funções de um Estado, bem como a rede de relacionamentos entre os diferentes atores envolvidos em uma arena política. Mas esta avaliação coloca sérios desafios para abordar conceitualmente e empiricamente a perspectiva latino-americana sobre governança da Internet, que passou por alguns mecanismos de alto nível de integração política regional, por exemplo, através da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou da iniciativa e-LAC da Comissão Econômica da América Latina e do Caribe (CEPAL), ao mesmo tempo em que faltam mecanismos de integração econômica (como o da União Européia).

Para começar, a WSIS novamente desempenhou um papel essencial na promoção de um envolvimento ativo dos governos da região para participar e ajudar a direcionar o diálogo nacional sobre o uso e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Foi um ponto de inflexão essencial para os governos promoverem

não apenas uma regulamentação adequada para a implantação de infraestrutura, interconexão e ambientes de negócios atraentes nesse setor, mas também porque ampliou a conscientização sobre o papel governamental, que havia sido dominado pela comunidade científica, o setor empresarial e sociedade civil nos primeiros dias da Internet nesta parte do mundo.

De uma perspectiva nacional, os estados latino-americanos estão agora envolvidos em diferentes atividades de regulamentação e políticas públicas relacionadas à governança da Internet. Desde o desenvolvimento da infraestrutura e sua regulamentação, até as abordagens legislativas da camada de conteúdo, a Internet de 2020 como uma tecnologia multiuso é altamente regulamentada quando comparada ao início do processo da WSIS. Dentro de suas fronteiras nacionais, os governos da América Latina desempenharam um papel significativo na última década na formação, legislação e intervenção no ambiente nacional. No entanto, com poucas exceções, eles tiveram uma influência muito limitada na modelagem do ambiente internacional e do regime institucional (Aguerre, 2015).

Diferentes estratégias são adotadas pelos Estados em seus esforços para participar e incidir na governança da Internet, mas nem todas têm impacto significativo. Os Estados podem participar da governança da Internet: (i) moldando os contornos de um regime, como é o caso da ICANN e o papel do governo dos EUA – mas outros como o Encontro NETMundial² e a Comissão Global sobre a Estabilidade do Ciberespaço³, para nomear alguns, fazem parte desses esforços; (ii) buscando liderança global por meio de medidas regulatórias, como é o caso da Europa com a Regulação Geral de Proteção de Dados (GDPR)⁴; (iii) assegurando a confiabilidade da Internet (novas tecnologias de comunicação móvel, CLOUD Act⁵, como exemplos dos EUA e de outros governos ocidentais, além de Rússia e China); e (iv) modificando a arquitetura original de uma Internet aberta única e gerando espaços nacionais fragmentados (China, Rússia) (Lomonaco, 2019). O papel dos Estados é complementar ao do setor empresarial, da comunidade técnica e da sociedade civil na maioria das camadas da governança da Internet, exceto na camada de conteúdo em que, na intermediação da informação e na aplicação dos direitos, possui

responsabilidades não delegáveis. No entanto, com exceção do Brasil, o papel dos estados latino-americanos nas abordagens sistêmicas da governança global da Internet permaneceu marginal, como será tratado neste texto.

O processo da WSIS entre 2003 e 2005 foi responsável pela ampliação da agenda temática da governança da Internet. Essa expansão foi motivada principalmente pelo mundo em desenvolvimento, que se rebelou contra a noção de que as regras de governança da Internet já haviam sido definidas e predefinidas se ela permanecesse focada apenas em uma perspectiva estreita sobre gerenciamento de recursos críticos (Drake, 2004). Uma agenda estreita de governança da Internet, como foi promovida em suas origens, abordando principalmente a camada de protocolo, excluiu sobretudo todos os outros governos, exceto os Estados Unidos. Após a WSIS, essa agenda foi ampliada para incluir, entre outros, o desenvolvimento de infraestrutura, direitos humanos, bem-estar econômico e segurança cibernética, questões particularmente críticas para a América Latina, para as quais a adoção dessa tecnologia estava fortemente ligada a uma agenda de desenvolvimento. Paradoxalmente, a inclusão de uma agenda que cubra mais questões relacionadas ao uso, expansão e desenvolvimento da Internet não implicou diretamente mais influência da América Latina e das regiões em desenvolvimento nos espaços internacionais. Alcançar relevância e influência no regime internacional nesta questão é caro e precisa de uma forte orientação política nacional. O Brasil, como mencionado, é caso à parte no contexto regional. Três exemplos são o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br – que foi analisada globalmente e até parcialmente adaptada aos contextos de outros países do mundo; seu papel na definição de visões alternativas para a governança das funções da IANA durante o processo WSIS (2003-2005); e o Encontro NETMundial em 2014, que serviu para ressaltar os valores multissetoriais para a governança da Internet, além de destacar a necessidade de respeitar os direitos humanos e a privacidade após as revelações de Snowden (Afonso, 2014). Embora essa influência possa ser parcialmente explicada por seu status geopolítico e pelo papel de seu serviço internacional altamente profissional, a criação de um efetivo órgão nacional de governança multissetorial como o CGI.br deve ser considerada como sua variável mais

2. Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Internet, São Paulo, abril de 2014: <http://netmundial.br/pt>

3. <https://cyberstability.org>

4. <https://gdpr-info.eu>

5. https://en.wikipedia.org/wiki/CLOUD_Act

crítica para alcançar sua legitimidade.

Os governos nacionais da região usaram diferentes locais institucionais para trabalhar em uma agenda regional de governança da Internet. Seus esforços regionais têm se concentrado principalmente no mecanismo da eLAC⁶, que possui um amplo programa abrangendo questões relacionadas à governança da Internet. Embora o mecanismo esteja centrado nos governos, foi desenvolvida uma metodologia multissetorial de grupos de trabalho com o objetivo de aumentar sua legitimidade e escopo. O LACIGF⁷, organizado anualmente desde 2008, procurou organizar suas reuniões consecutivamente com a eLAC, em um esforço para atrair mais governos para o fórum de participação múltipla. Este é um caso em que o poder, e às vezes a legitimidade, ainda é concebido na região como emanando principalmente desse grupo de partes interessadas.

A complexidade de uma tecnologia de múltiplas camadas e de seus modelos de negócios, agora principalmente centrada na abordagem da plataforma, resulta em novos tipos de intervenções dos governos para enfrentar esses desafios. Uma delas foi o desenvolvimento de estratégias nacionais, com graus variados de consultas e abertura multissetorial. Desde 2013, estratégias de cibersegurança em nível nacional foram desenvolvidas na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Uruguai, estabelecendo novas comunidades políticas que incluem instituições públicas e privadas voltadas para a segurança do ciberespaço. Processos semelhantes surgiram para estratégias nacionais de IA, que foram elaboradas na Argentina, Chile, Colômbia, México e Uruguai a partir de 2017 (Aguerre, 2019). Outras são abordagens na regulamentação da plataforma por organismos nacionais (Puppis e Winseck, 2019), ainda incipientes e fragmentadas na maior parte da região, mas com um interesse crescente em sua regulamentação dos pontos de vista econômico e tributário, mas também abordando questões de liberdade de expressão.

Os processos institucionais que tratam do gerenciamento de recursos e infraestrutura em

torno de organizações como LACNIC⁸, LACTLD⁹ ou LAC-IX¹⁰ são realizados pela comunidade técnica, um grupo autodefinido de atores e organizações que visa preservar os princípios arquitetônicos originais dessa tecnologia. Essas instituições têm a trajetória mais longa na execução de tarefas específicas relacionadas à camada lógica e de infraestrutura, articulando interesses regionais com a agenda global, bem como com atores nacionais (estados, empresas, ccTLDs¹¹, provedores de acesso etc.), que dependem da coordenação e promover abordagens de autorregulação, muitas das quais são legitimadas por suas medidas de desempenho e responsabilidade. De uma perspectiva histórica, foi o primeiro grupo de partes interessadas na região que se conscientizou da necessidade de desenvolver um ecossistema para resolver os problemas da Internet já no início dos anos 90.

A definição de um ecossistema institucional regional em torno da Internet e sua governança pode ser atribuída às origens de LACNIC e LACTLD. LACNIC foi formalizada em 2002, depois de anos de trabalho para a formação de um registro regional de endereços IP. Essas organizações regionais tratam principalmente de questões relacionadas à camada de protocolo, mas devido à inter-relação dos temas e ao papel central dessa camada, a comunidade técnica da região geralmente está presente na maioria dos outros processos e com um forte envolvimento no âmbito internacional de governança, bem como com os fóruns preparatórios ao IGF da região a serem abordados na próxima seção.

Da sociedade civil, há uma crescente rede de organizações não governamentais (ONGs) que buscam promover uma agenda digital de direitos humanos na região. A Associação para o Progresso das Comunicações (APC) e sua rede de membros da América Latina e Caribe desempenharam um papel central na promoção da Internet e sua adoção para tratar de questões de desenvolvimento, bem como no aprimoramento do acesso à informação e a liberdade de expressão no mundo nos anos 90. Nos últimos anos, tornou-se comum para muitas ONGs de diferentes países abraçar projetos regionais e criar redes ad-hoc específicas para

6. Agenda Digital para a América Latina e Caribe: <https://www.cepal.org/es/proyectos/elac2020>

7. Fórum de Governança da Internet da América Latina e Caribe: <https://lacigf.org>

8. Registro Regional de Endereços IP para a América Latina e Caribe: <https://www.lacnic.net>

9. Segundo seus estatutos e a descrição em seu portal Web, Latin American and Caribbean Top Level Domains é uma associação sem fins de lucro baseada no Uruguai, criada em 1998 para "promover uma Internet que contribua ao desenvolvimento econômico e social mediante o uso de nomes de domínio". Seus membros são entidades administradoras de nomes de domínio nacionais de topo (ccTLDs), bem como entidades interessadas na governança da Internet: <https://www.lactld.org>

10. Associação de Pontos de Troca de Tráfego Internet na América Latina e Caribe: <http://lac-ix.org>

11. Nomes de domínio de topo únicos de país representados por duas letras conforme o padrão ISO 3166 Alfa-2 e reconhecidos oficialmente pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN). Exemplos na região: .ar, .br, .cl, .mx, .uy etc.

diferentes questões, desde direitos autorais na era digital a observatórios que tratam de legislação sobre liberdade de expressão, vigilância, inteligência artificial e discriminação on-line. A maioria dos países, com exceção de alguns na América Central e no Caribe, agora possui ONGs que interagem em nível regional e internacional nessas questões. Na maioria dos casos, essa abordagem regional permite maiores esforços de ativismo e engajamento, além de futuras oportunidades de financiamento. A agenda de direitos humanos também embasa os assuntos que caracterizam o trabalho dessas organizações¹².

O setor empresarial apresenta mais heterogeneidade que os outros. Representa diferentes áreas de atividade, dependendo da camada da Internet, e são mais diversificados em termos de envolvimento com questões específicas. No âmbito nacional, eles são principalmente organizados em associações e câmaras de comércio em torno de questões de interconexão e infraestrutura (provedores de acesso e de interconexão), comércio eletrônico, telecomunicações, software e similares. A maioria dessas associações comerciais nacionais tem uma agenda tradicional que trabalha em defesa dos interesses de seus membros e para enfrentar o impacto da regulamentação do Estado. Existem muito poucos exemplos de envolvimento da indústria local da Internet, principalmente pequenas e médias empresas, em processos regionais ou globais. Os poucos que se envolvem em outras camadas da governança da Internet vêm de associações da Argentina, Brasil e México, ou através do envolvimento em grupos de representação regional que serão abordados em breve.

Outra característica do setor empresarial é a presença de transnacionais que predominam no setor e que têm ainda mais espaço de manobra para moldar a tecnologia da Internet e as instituições do que muitos Estados. A maioria das empresas americanas incluídas no chamado GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) aumentou sua presença regional na última década. A criação da Associação Latino-Americana de Internet (ALAI)¹³ em 2015 foi um marco significativo na ação coletiva em torno do que alguns participantes do

setor classificaram como empresas "puras" da Internet. No entanto, a ALAI compreende empresas de Internet fortemente orientadas ao modelo baseado em plataforma. Muitas delas são empresas internacionais, que visam o mercado regional e global, principalmente nos setores de comércio eletrônico e economia digital. As questões em torno da agenda de plataformas são amplamente diferentes das empresas que fornecem conectividade com a Internet e sua presença na região tem aumentado em diferentes fóruns de políticas.

O setor de telecomunicações tradicional era historicamente agrupado em torno do que é hoje a Associação Interamericana de Empresas de Telecomunicações (ASJET, anteriormente AHCIET)¹⁴. A GSMA (GSM Association)¹⁵ abriu seu escritório regional na região em 2010 e tornou-se outro grupo que busca exercer sua influência nas políticas regionais de Internet, com foco na conectividade móvel.

Embora essa não seja uma abordagem abrangente para as diferentes questões e níveis de envolvimento dos grupos de interesse, ela mapeou amplamente o ecossistema, sua agenda e a inter-relação entre os diferentes níveis jurisdicionais e institucionais de uma perspectiva regional¹⁶. Uma ênfase maior foi dada ao Estado como o participante regional que detém por si só a maior capacidade de frustrar o atual modelo de governança da Internet, mas também por desempenhar as funções de regulação, cobrança, auditoria, aplicação da lei etc e que possui mais capacidade de efetivar mudanças na Internet na ausência de uma forte presença de um ator local de outro grupo de interesse.

A próxima seção abordará os processos em torno dos fóruns nacionais de governança na região, em uma representação de como a governança da Internet evolui regionalmente, e abordará a interação entre as três dimensões inter-relacionadas da governança da Internet exploradas anteriormente, multissetorial, multitemática e multinível.

FÓRUNS NACIONAIS DE GOVERNANÇA DA INTERNET

Vários estudiosos com uma perspectiva institucionalista e sociotécnica (Kleinwächter 2009; Van Eeten e Mueller, 2012; DeNardis,

12. Um exemplo é a Observacom, que publicou em 2019 uma proposta para regulação das plataformas Internet em uma perspectiva regional, e que buscou comentários e sugestões durante o segundo semestre desse ano: <https://www.observacom.org/regulacion-2>

13. <https://www.alai.lat>

14. <https://asiet.lat>

15. <https://www.gsma.com>

16. A categorização não abordou a comunidade acadêmica como tal. A academia da região está envolvida em todos os setores já mencionados. Há questionamentos sobre se a academia representa um grupo de interesse como tal, e apesar de ter sua própria categorização no IGF não é considerado um setor em processos regionais como o LACIGF.

2014) apontaram que a governança da Internet não é apenas o que é discutido em processos e instituições formais, mas o que os atores realmente fazem com as tecnologias e políticas que compõem a Internet. Essa super-representação do papel das instituições na governança da Internet não é um problema exclusivo dessa questão, mas é um dos desafios teóricos dos estudos sobre governança em termos mais gerais (van Kersbergen e Van Waarden, 2004). Mapear um mapa abrangente das interações na governança da Internet na região é um desafio conceitual e empírico.

O legado da WSIS para a América Latina foi além da expansão da agenda de governança da Internet: também motivou conversas sobre a necessidade de integrar as discussões sobre governança da Internet nos âmbitos regional e nacional, seguindo um princípio de subsidiariedade. Há quinze anos havia muito poucos espaços em que as discussões sobre governança da Internet em um país tinham uma missão, um ponto focal ou mesmo uma comunidade de partes interessadas. Em 2004, como parte do Grupo de Trabalho em Governança da Internet (WGIG)¹⁷, havia fortes argumentos que exigiam a criação de mecanismos nacionais mais eficazes de governança que ajudassem a coordenar as diferentes partes e a conscientizassem sobre essas questões. Desde o WGIG, a inclusão de países em desenvolvimento nos mecanismos de governança da Internet tem sido apontada como de vital importância para gerar legitimidade e novas contribuições (Siganga, 2005; Afonso, 2005; Drake, 2004). A criação de mecanismos nacionais de participação como condição essencial para a ação relevante nos fóruns internacionais foi convocada e a proposta de fortalecer as organizações e processos nacionais envolvidos nesta questão é particularmente relevante para os países em desenvolvimento, não apenas do ponto de vista da subsidiariedade, mas porque esses também têm menos possibilidades de participar de fóruns internacionais e, portanto, de moldar políticas globais.

Embora a noção de abordar a governança da Internet no âmbito nacional esteja em sua segunda década, o desenvolvimento generalizado de iniciativas nacionais de governança é relativamente

recente (Aguerre et al, 2018). Atualmente, são reconhecidos como mecanismos que “servem de elo entre discussões locais e instâncias regionais e globais” (NETmundial, 2014, 2.1.4).

Embora não seja uma característica regional exclusiva, desde 2011 – quando o Brasil organizou o primeiro IGF nacional na região – esses espaços decolaram em 16 países da América Latina e cinco no Caribe¹⁸. Uma das razões para essa expansão global pode ser explicada pela consolidação de um grupo de trabalho de fóruns nacionais e regionais no IGF, que desde 2015 serve de ponto focal global. Além disso, as respostas urgentes a escândalos, como as revelações de Snowden sobre vigilância em massa, ajudaram a disseminar a agenda de governança da Internet de maneira mais ampla, com um impacto particular na América Latina com a organização do Encontro NETMundial em 2014 e a participação de novos atores que não haviam ainda se envolvido em qualquer evento de governança da Internet.

Embora tenham se tornado uma característica do ecossistema global de governança da Internet, um terço dos NRIs da região organizou apenas duas edições, portanto ainda é um processo imaturo em muitos contextos nacionais. Em 2018, foi lançado o projeto de pesquisa “Mapeando a Governança da Internet na América Latina e Caribe” (MIGLAC)¹⁹, com o objetivo de mapear as diferentes iniciativas nacionais de IGF na região e suas características definidoras. A primeira fase da pesquisa (2017-2018) contou com entrevistas detalhadas aos organizadores, que responderam a uma pesquisa em uma segunda fase do trabalho. Uma segunda pesquisa foi realizada em 2019 para avaliar a evolução dessas iniciativas. Algumas tendências emergem de uma análise comparativa e cruzada de casos dessas iniciativas que serão abordadas nos parágrafos seguintes.

Conforme descrito no relatório MIGLAC de 2018, “iniciativas nacionais de governança da Internet” são aqueles processos que ocorrem no âmbito de países específicos e seguem as características gerais definidas para o IGF Global nos parágrafos 72 e 73 da Agenda de Túnis:

reunir-se periodicamente; oferecer um espaço para a discussão de questões de políticas

17. https://en.wikipedia.org/wiki/Working_Group_on_Internet_Governance

18. A partir de janeiro de 2020, esses países da América Latina são: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela. No Caribe: Barbados, República Dominicana, Haiti, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago.

19. O MIGLAC é um projeto de pesquisadores e instituições parceiras da região orientado a mapear a evolução das iniciativas de governança da Internet na América Latina e no Caribe. A autora deste artigo é uma das principais pesquisadoras deste projeto. Mais informações estão disponíveis em: <https://miglac.org>

públicas relacionadas a elementos-chave da governança da Internet (incluindo, mas não restritos, a recursos críticos da Internet); facilitar o discurso entre os órgãos que lidam com diferentes políticas públicas transversais (nacionais e internacionais) relacionadas à Internet; identificar questões emergentes (incluindo aquelas decorrentes da utilização e uso indevido da Internet), chamar a atenção dos órgãos relevantes e do público em geral e, quando apropriado, fazer recomendações; interagir com organizações apropriadas em questões relacionadas à governança da Internet em geral; facilitar o intercâmbio de informações e melhores práticas entre todos os grupos de interesses; e, entre outras iniciativas, contribuir para o fortalecimento da capacidade de governança da Internet e fortalecer e aprimorar o envolvimento multissetorial no ecossistema de governança da Internet.

Embora nenhuma das iniciativas da região adote ao pé da letra essa definição, ela é útil como referência.

A maioria dessas iniciativas é liderada por capítulos da Internet Society ou entidades gestoras de ccTLDs, ou seja, são originalmente motivadas por atores que podem ser definidos como pertencentes à comunidade técnica. Dois terços dos NRIs pesquisadas destacam que seu trabalho é intersessional, mas o foco principal permanece na organização do evento anual. A existência de um secretariado ou órgão organizador é uma característica definidora da maioria. Mais de 80% possuem um órgão que lidera a estratégia, o calendário, a organização da agenda e a logística do evento. Três que não possuíam secretariado em 2019 não conseguiram organizar um IGF nacional durante esse ano, apontando a necessidade de um comitê organizador estável como fator crítico de sucesso dessas iniciativas. Todos, exceto o NRI brasileiro, envolvem mais de uma entidade organizadora, mas alguns também têm um comitê organizador multissetorial.

Enquanto em 2018 a principal missão da maioria das iniciativas era promover um espaço nacional para discussões sobre governança da Internet, após a experiência internacional (por iniciativa do secretariado do IGF) de gerar um espaço institucional focal, em 2019 o desenvolvimento de práticas multissetoriais emergiu como a missão mais importante em todas as iniciativas

pesquisadas. A pesquisa constata que existem muitas conotações de multissetorialismo para os organizadores dessas iniciativas, incluindo consenso, participação, abertura, diversidade e impacto nas políticas públicas, e que abordam o estado liminar dessa “instituição global incipiente” (Raymond e De Nardis, 2015). Em particular, as percepções de abertura e inclusão nesses espaços são contempladas como características identitárias que contrastam com outros fóruns.

A pesquisa considera a dimensão multissetorial na composição da estrutura de governança da iniciativa, a origem dos grupos de interesse dos participantes do evento e a dos líderes ou palestrantes das sessões. Em todos os casos, exceto na estrutura de governança (secretariado ou comitê organizador), o multissetorialismo está presente. Mas, como já apontado, a diversidade de grupos de interesse não implica necessariamente pontos de vista diferentes em relação a um problema (Belli, 2015). Outro problema que emerge desta pesquisa é que a maioria das iniciativas tende a priorizar a diversidade dos setores sem avaliar sua relevância e empoderamento real em relação aos temas, um desafio crítico para a legitimidade dessas iniciativas (Malcom, 2015).

Não há uma grande variação em termos dos tópicos abordados na maioria dos NRIs. Enquanto alguns tendem a enfatizar certas questões durante seus fóruns anuais, elas são equilibradas quando analisadas nas diferentes edições de cada caso nacional. De um modo geral, a agenda tende a favorecer a diversidade, uma abordagem com várias questões, em detrimento de mergulhos profundos em assuntos específicos. No mínimo, três tópicos são abordados em cada edição, cobrindo diferentes camadas da Internet. Essa diversidade promove maior diálogo e intercâmbio entre os participantes. A preferência por esse formato de agenda também está alinhada com a maioria dos processos estruturados para troca e debate, em vez de capacitação ou negociação.

De uma perspectiva multinível, embora poucas iniciativas tenham parcerias ou acordos formais com outros mecanismos regionais ou internacionais, a maioria delas costuma convidar palestrantes internacionais, materializando as diferentes redes de grupos de interesse envolvidas na organização dessas iniciativas. Algumas criaram o fórum em torno de outras iniciativas nacionais, como o Dia da Internet ou atividades da comunidade técnica orientadas ao desenvolvimento de capacidades,

fortalecendo os laços entre os setores locais.

A dimensão multinível também está presente no apoio financeiro a essas iniciativas, onde quase todas contam com financiamento da IGFS (IGF Support Association)²⁰ e dois terços recebem apoio da Internet Society, o que mostra o apoio internacional e a relação entre os grupos de interesse nacionais e internacionais. Apenas um quarto dos fóruns nacionais recebeu apoio de empresas locais e internacionais para a edição de 2019, mas um terço tem assistência de ONGs nacionais e internacionais e apenas duas tiveram apoio governamental.

Finalmente, sob uma lente de vários níveis, os NRIs têm uma relação com o setor homônimo no secretariado do IGF, uma vez que existe um compromisso tácito de aderir aos princípios, práticas de trabalho e sessões de maneira conjunta, convocada centralmente pelo IGF. A pesquisa de 2019 mostra que aproximadamente 90% dos fóruns na região interage com a iniciativa de NRIs do IGF. No entanto, mais da metade deles só coopera durante o evento do IGF em si e não se envolve com as reuniões on-line regulares.

Tendo esboçado algumas das características básicas dos NRIs em relação a suas abordagens ao multissetorialismo, às questões da agenda de governança da Internet e aos vínculos entre as camadas de elaboração de políticas nacionais, regionais e internacionais, é hora de avaliar sua relevância para a governança da Internet. Os organizadores dessas iniciativas têm uma ambivalência acentuada em relação à sua eficácia. A maioria deles sente que o espaço é necessário para que seja realizada uma participação aberta e participativa em pé de igualdade. Mas dois terços afirmam que o impacto nas políticas (tanto do governo quanto do setor privado) é limitado ou nulo. Embora parte da literatura considere que a medida do sucesso não é avaliada apenas pelo grau em que atingiram seus objetivos, os fóruns também devem:

- *mostrar que eles integraram salvaguardas em suas estruturas e procedimentos que são pelo menos equivalentes funcionais aos presentes no ambiente de governança comum em que operam. Essas salvaguardas incluem a garantia de inclusão, transparência, responsabilidade e legitimidade, que vão além da mera eficácia (Gasser, Budish, Meyers, 2015: 17).*

A percepção que emerge da pesquisa MIGLAC é a de que ainda há um longo caminho a percorrer para obter maior legitimidade do espaço como relevante para a formulação de políticas da Internet.

Na maioria dos casos, é prematuro avaliar isso unicamente pelas características de cada NRI e como eles introduziram essas salvaguardas, mas a relevância é um atributo relacional, especialmente garantido pela significância atribuída pelos grupos de interesse. Se discussões políticas mais relevantes ocorrerem em outros locais, mesmo que não sejam nacionais, nem mesmo com várias partes interessadas e com a abordagem aberta e participativa que caracteriza a maioria dos NRIs, eles estarão em risco. Essa reivindicação se torna uma possibilidade real, pois três iniciativas decidiram adiar a edição de 2019 e, em um caso, reduzir a duração e o escopo de seu trabalho.

As fraquezas relacionadas à falta de relevância da maioria dos IGFs nacionais para causar impacto ou aportar contribuições significativas na formulação de políticas da Internet também estão sendo percebidas pelos setores envolvidos na organização do LACIGF, o fórum regional, uma das iniciativas mais antigas na região, desde 2008. Esse mecanismo está atualmente sob um período de revisão, incluindo sua missão, estrutura organizacional e abordagem de trabalho. Embora seja impossível considerar uma causa única para essa percepção, é necessário repensar o valor de reivindicar esses espaços se eles servirem apenas como espaço de diálogo, uma reivindicação que vale para o IGF (Malcolm, 2015). A falta de impacto em termos de influência nas políticas da Internet deve ser claramente diferenciada dos princípios que orientam sua governança e manutenção de processos abertos, inclusivos e responsáveis.

REVISAR, REFORMULAR E FORTALECER

A Internet de hoje seria inimaginável para os pioneiros que estavam desenvolvendo as bases dessa tecnologia meio século atrás. Ela expandiu-se e desenvolveu-se na região, e o ecossistema institucional e tecnológico da Internet tem muitas diferenças com o de suas origens. Com a consolidação em torno da governança de funções críticas da Internet e a consolidação de organizações como a ICANN, novas questões sobre segurança cibernética, proteção de direitos humanos, vigilância, oportunidades assimétricas em um mundo cada vez mais digitalizado, o modelo de negócios das plataformas e o surgimento de novas tecnologias que perturbam a abordagem tradicional não apenas mudou a agenda, mas também a composição dos grupos de interesse e as diferentes instituições nos âmbitos nacional, regional e global. Em um contexto digital extremamente assimétrico,

em que os “gigantes da tecnologia” têm poder cada vez maior para moldar as regras, padrões técnicos e princípios da Internet, torna-se ainda mais crítico e desafiador para as comunidades interessadas latino-americanas entenderem e agirem nos espaços em que a governança está ocorrendo. À luz dessas novas questões e das trajetórias dos mecanismos e formatos institucionais existentes que mostraram suas promessas e suas fraquezas, é necessário avaliar alguns dos modelos e abordagens de sua governança.

Os NRIs precisam de revisão, tendo em vista a dificuldade de atingir maiores níveis de legitimidade e eficácia em muitos contextos. Apesar disso, sua expansão para 16 contextos nacionais na região não apenas tornou questões visíveis sobre a Internet para a comunidade local, mas também ajudou a desenvolver e estruturar uma autoconsciência dessas comunidades. Esses espaços também estão desempenhando um papel vital para estruturar e dar voz a setores que enfrentam muitos desafios para participar e envolver-se significativamente em processos internacionais, onde algumas vezes são estabelecidas definições cruciais para a Internet. As NRIs abordaram o princípio da subsidiariedade, mas ainda há um caminho a percorrer antes que possam ter um impacto no âmbito da política nacional. A abordagem multissetorial desses espaços é uma condição necessária, mas não suficiente para alcançar relevância e legitimidade. O ecossistema

multissetorial em torno da governança da Internet está mudando para uma agenda mais ampla em torno da questão da governança digital. Essas mudanças não apenas abalam a agenda tradicional de governança da Internet, mas também estão mudando a composição dos setores envolvidos.

A falta de participação de atores relevantes do governo e do setor privado é uma grande desvantagem para alguns NRIs da América Latina. Embora isso possa inicialmente não parecer problemático, uma vez que esses são os locais onde a governança e as políticas da Internet são discutidas, os NRIs regionais tendem a sofrer a curto prazo por falta de relevância e pelo cansaço que se instalou no IGF global, se essas dificuldades não forem prontamente contornadas. Os NRIs da região, incluindo o LACIGF, poderiam ser fortalecidos, proporcionando maior interação com outros mecanismos regionais, incluindo, mas não apenas, o eLAC. Para conseguir isso, um dos pontos de partida é refinar a missão e o objetivo dos mecanismos nacionais de governança da Internet. É essencial conceituar os fóruns nacionais de governança da Internet como espaços que permitem consolidar ecossistemas abertos para um diálogo multissetorial, com o objetivo principal de definir agendas e discutir propostas de políticas ou implementações atuais e não apenas como um espaço para aprendizado ou diálogo não orientado a participar de uma proposta nacional, regional ou global de políticas. ■

REFERÊNCIAS

- Abbott, K. W., e Snidal, D. 2008.** “The Governance Triangle: Regulatory Standards Institutions and The Shadow of the State”. Em W. Mattli & N. Woods (orgs.), *The Politics of Global Regulation*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Afonso, C. A. 2014.** “CGI.br contributions to NETmundial”: <http://1net-mail.1net.org/pipermail/discuss/2014-March/002784.html>
- Afonso, C. A. 2005.** “A scenario for a new Internet Governance”. In W. J. Drake (org.), *Reforming internet governance: Perspectives from the working group on internet governance (WGIG)*. United Nations Publications.
- Aguerre, C. 2019.** Artificial Intelligence Frameworks in Latin America. In CPR Latam: <https://www.cprlatam.org>
- Aguerre, C. 2015.** “La gobernanza de Internet: Argentina y Brasil en el contexto global”. Tese de doutorado. Universidad de Buenos Aires.
- Aguerre, C.; Callegari, A.; Canabarro, D. R.; Hurel, L.; Patrício, N. S. 2018.** “Mapping National Internet Governance Initiatives in Latin America”. MIGLAC: <https://miglac.org/publications>
- Belli, L. 2015.** “A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking”. *Internet Policy Review* 4 (2). DOI: 10.14763/2015.2.364: <https://policyreview.info/articles/analysis/heterostakeholder-cooperation-sustainable-internet-policymaking>
- Castells, M. 2000.** *Inventing the Internet*. Cambridge: MIT Press.
- Council of Europe. 2009.** “Internet governance and critical Internet resources”: http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes5/Internet_governance_en.pdf
- DeNardis, L. 2014.** *The Global War for Internet*

Governance. Yale University Press.

Drake, W. J. 2004. "Reframing Internet Governance Discourse: Fifteen Baseline Propositions". Workshop on Internet Governance. Geneva: União Internacional das Telecomunicações.

ELLA. 2012. "Evidence and Lessons from Latin America". Multi-actor Dialogues for Better Public Policies: Lessons from Latin America: <http://ella.practicalaction.org/knowledge-brief/multi-actor-dialogues-for-better-public-policies-lessons-from-latin-america>

Gasser, U., Budish, R., e Myers West, S. 2015. "Multistakeholder as Governance Groups: Observations from Case Studies". Berkman Center Research Publication No. 2015-1: <https://ssrn.com/abstract=2549270>

Kleinwächter, W. 2009. "Buena gobernanza de Internet sin fronteras. ¿Quién debe hacer qué?". Revista Telos # 80: <https://sociedadinformacion.fundacion.telefonica.com/telos/articulocuaderno.asp?idarticulo=2&rev=80.htm#n13>

Kohl, U. e Fox. C. 2017. "Introduction. Internet Governance and the Resilience of the Nation State". Em Kohl, U. (org.). *The Net and the Nation State: Multidisciplinary Perspectives on Internet Governance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lomonaco, Alana. 2019. "El rol de los Estados en la Gobernanza de Internet". Monografía final, Diploma em Governança da Internet, CETyS, Universidade de San Andrés (Buenos Aires) e Instituto de Informática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Malcolm, J. 2015. "Criteria of meaningful stakeholder inclusion in internet governance". *Internet Policy Review* 4 (4). DOI: 10.14763/2015.4.391: <https://>

policyreview.info/articles/analysis/criteria-meaningful-stakeholder-inclusion-internet-governance

Winseck, D., e Puppis, M. 2019. "Platform Regulation Inquiries, Reviews and Proceedings Worldwide": https://docs.google.com/document/d/1AZdh9sECGfTQEROQjo5fYeiY_gezdf_11B8mQFsuMfs/edit#heading=h.drjg9uyede6x

Raymond, M., & DeNardis, L. 2015. "Multistakeholderism: Anatomy of an inchoate global institution". *International Theory* 7(3), 572-616.

Sassen, S. 2006. *Territory. Authority. Rights. From Medieval to Global Assemblages*. Nova Jersey: Princeton University Press.

Scholte, J.A. 2017. "Polycentrism and Democracy in Internet Governance". Em Kohl, U. (org.). *The Net and the Nation State: Multidisciplinary Perspectives on Internet Governance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Siganga, W. 2005. "The Case for National Internet Governance Mechanisms". In W. J. Drake (org.), *Reforming Internet Governance: Perspectives from the Working Group of Internet Governance (WGIG)*. New York: The United Nations Information and Communication Technologies Task Force.

Van Eeten, M. J., e Mueller, M. 2012. "Where is the governance in Internet governance?". *New Media & Society*, 15(5), 720-736: <http://doi.org/10.1177/1461444812462850>

Van Kersbergen, K., e Van Waarden, F. 2004. "Governance as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy". *European Journal of Political Research*, 43, 143-171.



As plataformas e a normalização da escrotice

“No cerne dos nossos serviços de dados está o Behavioural Microtargeting, nossa metodologia de análise e engajamento que segmenta os públicos-alvo com base em atributos psicográficos para influenciar o comportamento em nível individual.”

– “Quem Somos”, do folheto promocional para o Brasil do SCL Group, matriz da Cambridge Analytica, fechado em maio de 2018.

Publiquei recentemente, junto com minha amiga e pesquisadora Fernanda Bruno, um artigo voltado especialmente ao público internacional sobre o processo que levou ao resultado das eleições brasileiras de 2018. O texto é fruto de uma angústia com o resultado das eleições, reflexo de uma ansia em mostrar, para nós mesmos e para os outros, que não somos assim. Ou pelo menos não éramos, não vínhamos sendo, estávamos caminhando a passos consistentes para deixarmos de ser uma sociedade que, ou é abertamente racista, homofóbica e de um moralismo conservador, ou encontra fórmulas elaboradas, como chamar-se de “democracia racial”, para negar suas complexas fórmulas de

excluir, ainda que se afirmando “diferente”.

Pode-se apontar que isso sempre esteve lá, que nunca acertamos as contas com o fascismo brasileiro, como bem diz Vladimir Safatle (2020), mas não é tarefa simples demonstrar o intrincado processo que levou à emergência de formas tão explícitas de manifestação neofascista. Expressões agressivas que não só garantem a popularidade persistente com um terço do eleitorado mesmo após um ano de governo, como são ativamente normalizadas ou varridas para debaixo do tapete por parte consistente dos formadores de opinião (ainda existe essa expressão?) brasileiros. Perdeu-se a vergonha de ser escroto.

Certamente há razões que vão além do campo comunicacional que ajudam a explicar o processo. A eleição de Donald Trump não pode ser atribuída apenas à já bem demonstrada capacidade da Cambridge Analytica em usar o microdirecionamento de mensagens políticas no Facebook. Sem dúvida a desilusão econômica de uma classe média que sofre as consequências da desindustrialização do país teve um papel importante. Da mesma forma, a crise econômica que se agrava desde 2015 no Brasil ajudou na desilusão com a política tradicional, além de mudanças significativas no perfil da classe trabalhadora brasileira, cada vez mais distante do trabalho formal e sindicalizado.

Contudo, essas mudanças infraestruturais sozinhas não explicam a radicalização neofascista. Elas oferecem uma base material, uma experiência dessaborosa vivida, mas que acabou significada em uma direção que não necessariamente precisava ser aquela. Tudo indica que o resultado final foi fruto de uma tentativa desastrosa da centro-direita de retomar o controle do país, que acabou entregue aos eventuais aliados radicais. O saldo é de desastre completo para as populações historicamente mais marginalizadas, embaraço internacional para as elites intelectuais “civilizadas” e lucros indecentes para o capitalismo financeiro, extrativista e exploratório.

Mas como esse processo sai do controle? A poucos meses das eleições de 2018, quase ninguém apostava que Geraldo Alckmin, candidato com mais tempo de TV e concorrente pelo partido historicamente rival daquele que vinha sendo associado diuturnamente pela mídia aos escândalos da Lava-Jato e à crise econômica, pudesse ter um desempenho tão pífilo. Que mecanismos de circulação de sentidos deixam de funcionar como esperado, de modo a que boa parte da população embarque na ideia de que os rivais históricos PT e PSDB são farinha do mesmo saco, com direito a uma versão delirante de que seriam cúmplices em um complô para se alternarem no poder? Algum freio precisou ser removido para que oposições políticas históricas não fizessem mais sentido e que a resposta ao PT não pudesse ser “moderada” (seja com Ciro Gomes pela centro-esquerda ou Alckmin pela centro-direita), mas extrema ao ponto de se admitir alguém discriminador, intolerante e violento como Bolsonaro.

O fato é que o ambiente informacional mudou e se tornou um território cada vez mais difícil de se navegar, para o público e para os pesquisadores.

Nem todas as transformações são diretamente ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação, embora haja certa relação derivada. A radiodifusão, por sua própria dinâmica ou para sobreviver à nova realidade, tornou-se muito mais sensacionalista e predatória. O dial da faixa de FM está infestado de frequências alugadas ao jabá e a igrejas, ou que exploram o sensacionalismo sem freios, seja da exploração da violência ou da política. O mesmo vale para a TV, à qual deve ser somada a falta de incentivo e o uso político dos canais educativos.

Mas o grande elemento novo é de fato a Internet. Saudamos, muito corretamente, a pluralidade de canais proporcionada pela novidade e a emergência de uma cultura de nicho, que prometia uma diversidade cultural enorme, derivada de um contato mais direto e amplo entre comunicadores e artistas. Deixamos de lado, contudo, dois complicadores. Essa diversidade necessariamente leva também a um distanciamento, em termos de imaginário comum, entre segmentos diversos da população. Se todos vemos basicamente o mesmo punhado de novelas e telejornais temos relativamente um campo informacional comum, seja para embarcar nele ou para criticá-lo. Do contrário, temos as famosas bolhas, ou seja, cada nicho acaba constituindo a sua própria realidade. Ainda que as bolhas não sejam exatamente herméticas – ninguém aguenta só viver entre seus pares: o outro, o diferente, eventualmente inimigo é necessário para que constituamos a nós mesmos nessa alteridade; elas são microcosmos simbolicamente autossuficientes, constituindo suas próprias fontes de legitimação e autoridade.

O segundo complicador era realmente mais difícil de antever e de certa forma oferece a base material, arquitetural, para que o fenômeno ganhe a dimensão que ganhou. A internet é hoje governada pelas empresas do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019; Evangelista, 2019). Seu modelo de negócios consiste em basicamente reter a audiência (os olhos e ouvidos) e o trabalho dos usuários (os dedos que dedilham freneticamente o teclado e clicam nos coraçõeszinhos; as vozes e rostos que narram as próprias vidas e todo resto; as pernas que vão pra lá e cá caçando pokémons e bons restaurantes). Recolhendo, armazenando e analisando esses rastros digitais, as empresas realizam operações de previsão e mudança de comportamento nos mesmos usuários, em benefício próprio ou a soldo das campanhas de marketing. Para o uso máximo desses “recursos” –



Paulo Duarte, baseado em imagem de Gerhard Gellinger

a vida dos usuários –, elas adotam algoritmos, que com a justificativa de facilitarem a navegação e a tornarem mais atrativa, regulam em grande parte a que o usuário é exposto na Web.

AS RECOMENDAÇÕES DO YOUTUBE

Um dos melhores exemplos é o YouTube, que se tornou celeiro de radicalismos e teorias da conspiração. O algoritmo de recomendação, que já é responsável por 70% do tráfego na plataforma, busca o engajamento, a visualização incessante e a reação ao conteúdo. Quanto mais engajamento, mais anúncios são exibidos e mais os produtores são recompensados, o que é bom para a plataforma e uma fórmula de sucesso para quem vive do conteúdo postado lá. Uma das estratégias empregadas pelos algoritmos para aumentar as visualizações é sugerir algo progressivamente mais radical ou provocativo. É assim que o sistema sugere que determinado usuário que gosta de aulas online de guitarra possa se interessar pelos vídeos de um controverso professor do instrumento que fala de política e heavy metal.

Estudando os canais da direita alternativa estadunidense, a chamada *alt-right*, a pesquisadora do Instituto Data & Society, Rebecca Lewis, descobriu algumas estratégias utilizadas por esse grupo político radical para impulsionar coletivamente as visualizações no YouTube. Membros mais radicais e outros que se passam por mais moderados trocam participações em diversas produções, o que ajuda na popularização de todos e puxa a audiência de um para outro. Ainda que tenham discordâncias pontuais, todos contribuem para a popularização do mesmo campo político extremo. A estratégia aproveita características do algoritmo de recomendações para exponencializar seu efeito.

Algo semelhante foi descoberto por pesquisadores brasileiros, do grupo dos professores de computação da UFMG, Virgílio Almeida e Wagner Meira Jr. Em estudo sobre a extrema-direita estadunidense, eles demonstraram como espectadores de canais conservadores mais tradicionais acabaram migrando para canais que defendem a supremacia branca. Em outro trabalho, dessa vez focalizando o YouTube brasileiro durante as eleições, eles pesquisaram 55 canais de política, de todos os espectros ideológicos. Encontraram mensagens de ódio e de tom conspiratório mais associadas aos vídeos da extrema-direita, justamente os que tiveram maior exposição

durante o período eleitoral.

A empresa de análise de dados Novelo (Ghedin, 2019) analisou mais de 17 mil classificações de vídeos “em alta”, destacados pelo YouTube, no último semestre de 2018. Os critérios para que um vídeo apareça nessa lista não são exatamente claros, mas a plataforma diz que se misturam critérios objetivos, como número de visualizações e crescimento de visualizações, com critérios qualitativos determinados por sistemas de propriedade da plataforma, como serem surpreendentes ou interessantemente diferentes. A Novelo descobriu atores não usuais pipocando nessa lista, canais de extrema-direita e de *fake news*, como Folha Política, Giro de Notícias e Mega Canais 2.0, indo de quase zero aparições na classificação em julho para uma explosão no mês anterior às eleições.

A CAIXA-PRETA DO WHATSAPP

Desde a greve dos caminhoneiros de 2018 venho acompanhando etnograficamente a plataforma que foi a grande controvérsia dessas eleições, o WhatsApp. Com isso quero dizer que penetro nos grupos de política da direita e fico lendo silenciosamente o fluxo de mensagens, vídeos e memes por tanto tempo quanto meu estômago aguenta. Foi esse trabalho de campo que deu suporte a parte das observações do artigo que cito no começo desse texto. O WhatsApp é importante porque talvez seja a melhor representação que temos hoje de um contexto de desorganização e desagregação informacional e simbólica que é difícil de se analisar e combater.

Muita gente tem feito um heroico trabalho de garimpagem de dados, que nos oferece um panorama quantitativo e macro do que acontece nos grupos abertos de política. Talvez o melhor exemplo venha do grupo da UFMG já citado (Resende et al., 2019), que descobriu uma estrutura coordenada de ação nos grupos, esquema que é invisível ao membro inocente e orgânico, mas que capitaneia o fluxo de conteúdos. Essa análise é completamente consistente com diversas informações jornalísticas que foram divulgadas ainda antes das eleições, reportagens que dão conta de um esquema profissional de envio de mensagens e micro-direcionamento político tendo como alvo o WhatsApp.

O WhatsApp é um aplicativo de mensagens em que a função “grupos” lhe dá características de mídia social, e que foi empregado como arma política na

“Entender essas arquiteturas de transmissão e a diversidade no consumo de informação é tarefa tão relevante quanto refletir sobre as realidades econômicas, urbanas e do mundo do trabalho da população.”

últimas eleições. A isso soma-se o famigerado *zero-rating* das empresas de telefonia brasileiras (Ramos, 2015). Os planos de dados vendidos especialmente à população mais pobre oferecem navegação de dados gratuita ilimitada a certos aplicativos e redes sociais. Junto com o Facebook, o WhatsApp é o aplicativo mais popular no país. O agravante é que as mensagens que chegam por ele são recebidas como mais “íntimas” ou mais familiares do que as de outras redes. O ambiente do aplicativo não simula um lugar público, mas um lugar protegido, reservado, criptografado. Mesmo que se esteja em um grupo de entrada livre, aquele é um espaço administrado e exclusivo aos participantes, que funciona no mesmo ambiente em que mensagens são trocadas entre familiares e amigos (Cesarino, 2019).

Uma espiada em qualquer fila de

supermercado, sala de espera ou ponto de ônibus vai encontrar pessoas com o rosto enterrado na tela do celular, muito provavelmente acompanhando bate-papos de WhatsApp sobre os mais variados assuntos. Os grupos acabam funcionando como minicanais de distribuição de mídia, com uma curadoria de conteúdos feita pelos participantes e gerenciada pelos administradores. No caso dos grupos da extrema-direita investigados, a maior parte dos conteúdos curados parece vir da organização montada para vencer as eleições. Tudo indica, inclusive, que vários canais da extrema-direita que vieram a bombar no YouTube na véspera da eleição foram impulsionados por um intenso compartilhamento nesses grupos. Uma combinação peculiar entre tentativas de radicalização política e caça-cliques para vídeos monetizados.

Os bate-papos do WhatsApp como canais de mídia não são um fenômeno exatamente novo. Quatro anos atrás se descobria o “mundo subterrâneo do conteúdo” (Wiedemann, 2016), grupos temáticos em que as pessoas pagavam para participar e nos quais recebiam os mais diversos conteúdos com curadoria profissionalizada. Pagos ou gratuitos, esses canais ainda existem e são parte muito relevante da dieta informacional do brasileiro médio.

Qual o papel do consumo dessas novas mídias na radicalização do eleitorado brasileiro que elegeu um governo de extrema-direita nas últimas eleições? Socialmente, o Brasil está ficando mais fragmentado, mais propenso a abrigar grupos sociais que constroem realidades informacionais paralelas, irreconciliáveis e paranoicas? Se transformações econômicas, como a precarização, e sociais, como o crescimento do neopentecostalismo, pesam como motor de mudanças simbólicas, os novos canais de informação, governados por algoritmos e por plataformas do capitalismo de vigilância, são os meios pelas quais elas se concretizam. Entender essas arquiteturas de transmissão e a diversidade no consumo de informação é tarefa tão relevante quanto refletir sobre as realidades econômicas, urbanas e do mundo do trabalho da população. ■

REFERÊNCIAS

- Cesarino, L. 2019.** "Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade": https://www.academia.edu/40047992/Populismo_digital_neoliberalismo_e_p%C3%B3s-verdade_fala_na_VII_ReACT_ (acesso em 23 jan. 2020).
- Evangelista, R. 2019.** "Review of Zuboff's The Age of Surveillance Capitalism". *Surveillance & Society*, v. 17, n. 1/2, p. 246-251.
- Ghedin, R. 2019.** "Algoritmo do YouTube impulsionou canais de extrema-direita nas eleições de 2018": <https://manualdousuario.net/youtube-em-alta-extrema-direita> (acesso em 23 jan. 2020).
- Lewis, R. 2018.** *Alternative Influence: Broadcasting the Reactionary Right on Youtube*. *Data & Society*: <https://datasociety.net/output/alternative-influence> (acesso em 7 ago. 2019).
- Otoni, R. et al. 2018.** "Analyzing Right-wing YouTube Channels: Hate, Violence and Discrimination". *Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science - WebSci '18*, p. 323-332.
- Ramos, P.H.S., 2015.** "Zero-rating: uma introdução ao debate". *PoliTICS* n° 21, Rio de Janeiro, Instituto Nupef: <https://politics.org.br/edicoes/zero-rating-uma-introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-debate>
- Resende, G. et al. 2019.** "(Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures". *WWW '19: The World Wide Web Conference*, San Francisco, EUA. Association for Computing Machinery: <https://doi.org/10.1145/3308558.3313688> (acesso em 23 jan. 2020)
- Safatle, V. 2020.** "Um fantasma assombra o Brasil", *Folha Ilustrada*, 19-jan-2020: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/ilustrada/2020/01/um-fantasma-assombra-o-brasil.shtml> (acesso em 23 jan. 2020).
- Tunes, S. 2019.** "Algoritmos parciais". *Revista Pesquisa Fapesp*: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/11/15/algoritmos-parciais> (acesso em 23 jan. 2020).
- Wiedemann, E. 2016.** "O Whatsapp, a 'classe média' e o mundo underground do conteúdo": <https://medium.youpix.com.br/o-whatsapp-a-classe-m%C3%A9dia-e-o-mundo-underground-do-conte%C3%BAdo-3b69e7cd5492> (acesso em 23 jan. 2020).
- Zuboff, S. 2019.** *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. Edição: 1 ed. [s.l.] PublicAffairs.



O *Borg* em todos nós: a resistência é inútil?

Borg: Uma forma de vida cibernética, parte orgânica e parte artificial, com um objetivo singular: o consumo de tecnologia, e não a busca de riqueza ou expansão política, como é o caso da espécie humana.

Um dos principais papéis desempenhados pela ficção científica é retratar questões e assuntos fundamentais que a humanidade enfrenta muito antes de realmente tornarem-se relevantes para nossas vidas diárias. Nem sempre podemos ter certeza sobre onde nossa realidade termina e a ficção começa. As histórias de *Jornada nas Estrelas*, incluindo os *Borg*, são um bom exemplo. Na história da série televisiva, os *Borg* são parte orgânicos, artificiais e criados há tempos imemoriais, mas parecem pressagiar os desafios em nossa realidade pessoal contemporânea e os desafios no ciberespaço da Internet.

Ao nascer, tornamo-nos cidadãos de um país. Nascermos com certos direitos que definem nossa dignidade como seres humanos, direitos que variam de acordo com o contexto e evoluem com o tempo. No plano das crenças fundamentais, eles são expressos em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quando abrimos um navegador ou interagimos com o ecossistema da Internet de qualquer forma, adquirimos uma residência como cidadãos digitais globais. Com direitos vêm obrigações. Nossa integridade pessoal depende de quão bem exercitamos ambos.

1. **Klaus Stoll** leciona, administra e faz consultorias no campo dos direitos humanos e a integridade do ciberespaço. **Dr Sam Lanfranco** é economista, pesquisador e assessor em projetos, políticas e desenvolvimento sobre o ecossistema da Internet. **Dr William Brocas** trabalha no desenvolvimento de sistemas de jogos online e modera uma comunidade de jogadores online.

“Com as tecnologias de vigilância, a Internet das Coisas (IoT) e os algoritmos de inteligência artificial (IA), nossas personas digitais proliferam, pois estas não são criadas por nós mesmos, mas por outras pessoas.”

Tornou-se cada vez mais difícil exercer esses direitos e deveres para preservar nossa integridade no ciberespaço, porque temos controle limitado sobre nossas personas² digitais. Com as tecnologias de vigilância, a Internet das Coisas (IoT) e os algoritmos de inteligência artificial (IA), nossas personas digitais proliferam, pois estas não são criadas por nós mesmos, mas por outras pessoas. No ciberespaço da Internet, mais do que apenas nossas ações criam nossa persona digital. Construídas com uma combinação de dados pessoais e ambientais que não controlamos, as personas são exploradas por outras pessoas para vários fins sociais, comerciais e políticos. Os dados de várias fontes e a intenção do algoritmo de IA podem criar várias versões com atributos diferentes de nossa própria persona digital única. Em uma reviravolta na ideia dos *Borg*, nossa persona digital/*Borg* não nasce nem é inerentemente amigável nem ameaçadora, é apenas um “eu” virtual.

A dignidade e a integridade de cada persona dependem tanto de quem as constrói, quanto de como exercemos nossos direitos e obrigações como cidadãos digitais. Isso afeta nossa integridade e como somos vistos, separados de nossa intenção

e nossa persona literal. O uso por outras pessoas pode afetar nossos direitos humanos e nos prejudicar. As personas digitais estão mais sujeitas a abuso do que as literais.

Considere os sintomas do nosso “domínio *Borg*”: a tela e o teclado, o microfone e o alto-falante se tornam parte de nós. Estamos incompletos sem isso. Dificilmente questionamos nosso comportamento. Perguntas óbvias restringiriam nosso uso e/ou pressionariam por mudanças nas políticas regulatórias. Os regulamentos só podem proteger nossos direitos digitais em uma extensão limitada. Muitas vezes, eles nem existem, pois as empresas de vigilância digital fazem de tudo para impedir que as regulamentações controlem o acesso aos dados que constituem a base de seus lucros. O acesso a aplicativos fornecidos por empresas e agências de vigilância digital, em troca de nossa persona construída usada para fins comerciais e políticos, é inaceitável como o “novo normal”. Essa falta de controle sobre nossa persona digital, dignidade e integridade representa uma troca inaceitável entre nosso acesso de baixo custo à cornucópia de serviços digitais e a exploração de nossas personas digitais. Construídos além do nosso controle, não podemos encerrá-los ou bani-los. Eles ainda podem continuar após a morte. Com efeito, vivemos e deixamos para trás um eterno virtual *Borg*!

Como isso aconteceu? Desde bem antes do *Mágico de Oz*, sempre existe alguém por trás de uma cortina que finge ser grande para influenciar os outros, geralmente para ganho privado. Quando um “Mago” digital proclama “prosseguir o consumo de tecnologia, em vez de riqueza ou expansão política”, devemos suspeitar dos verdadeiros motivos. O resultado é a criação de multidões de *Borg* consumidores de tecnologia, suscetíveis a desvios e distrações.

Essa inovação está ocorrendo em nome de um mundo melhor, onde essas tecnologias são a resposta para os problemas do mundo. Este é o truque mais antigo do mago: “divida o que está unido”. A inovação digital molda nosso mundo real (literal e virtual). Seus benfeitores exigem que o caminho da inovação não seja restrito. Regras, regulamentos e princípios éticos compõem as bases de todas as sociedades, mas os “traficantes digitais”, por trás das cortinas, dizem: “a tecnologia é boa para você; mais é melhor; você deve confiar em nós!” As velhas regras, direitos e responsabilidades de nosso “contrato social” são

2. Apud Carl G. Jung, *Two Essays on Analytical Psychology*. Londres: 1953, p. 190.

proclamadas obsoletas nessa “nova realidade”.

Até agora, em um período de rápidas mudanças, esse argumento foi mantido. Quanto mais tecnologia consumimos, mais ela influencia nossa vida cotidiana individual e coletiva. Negligenciamos que nossos direitos e deveres como residentes virtuais e cidadãos digitais globais precisam ser definidos e implementados. Como uma multidão passiva de *Borg*, muitas pessoas são levadas a crer que a inovação digital irrestrita é necessária para aumentar a qualidade de nossa vida diária de consumidor. Eles se tornaram recrutas do exército de clones.

O que podemos fazer para escapar da mentalidade passiva de *Borg* e estabelecer um relacionamento saudável entre as tecnologias e nós mesmos? Aqui estão 13 maneiras de resistir aos *Borg*:

1. SEJA AUTOCONSCIENTE – observe e entenda como nosso eu real e as pessoas digitais construídas interagem, influenciam e se relacionam com os outros. Proteja sua integridade – você e seu eu digital valem a pena!

2. RECUPERE-SE – conheça melhor as pessoas digitais, como elas funcionam e o que fazer para recuperar o controle.

3. APRENDA – procure distinguir entre os usos indevidos das tecnologias digitais em geral e os usos indevidos da mineração de “nossos” dados.

A. o uso indevido de tecnologias polui nosso ambiente digital;

B. o uso indevido de dados corrompe nossa persona digital para fins inadequados.

4. ENTENDA – quais usos precisam estar sujeitos a um melhor comportamento individual e a uma ação mais ampla das políticas públicas.

5. POLITIZE-SE – A política de dados digitais deve funcionar como o zoneamento imobiliário, regulando o que pode ser feito com os dados, quando, onde e como. Os regulamentos de uso digital devem ser criados em um processo colaborativo de construção de políticas que considere os direitos e deveres da propriedade de dados e os interesses sociais/públicos em um processo de governança.

6. FIQUE ESPERTO – podemos admirar os lucros da Amazon e Alibaba, ao mesmo tempo em

que ficamos irritados com a mineração de dados e a publicidade direcionada. Embora os dados sejam centrais para os negócios, o risco de o abuso de dados desvalorizar os relacionamentos é mais importante, tanto para a sociedade quanto para o sucesso dos negócios.

7. FAÇA PERGUNTAS FUNDAMENTAIS – Mais e mais pessoas estão preocupadas com a integridade digital, privacidade e segurança, proteção de identidade e uso controlado de seus dados. Preços, conveniência de compra e entrega rápida não são suficientes para compensar abusos de dados pessoais ou personas digitais, integridade e confiança.

8. EXIJA INTEGRIDADE DIGITAL – Somente as pessoas, empresas e agências governamentais cujo comportamento respeite a integridade digital dos participantes terão futuro na Internet. Os planos de negócios devem incluir um respeito pelos dados e seus usos. Um selo do tipo “Aqui Tem Integridade Digital” deve tornar-se parte integrante da marca. As empresas que adotam a integridade digital serão mais sustentáveis e bem-sucedidas, e terão uma clara vantagem competitiva com base na integridade digital na prática e serão mais capazes de ganhar fidelidade do cliente. A integridade digital é um componente lógico na evolução do modelo de negócios nos tempos digitais.

9. ENGAJE-SE – participar ativamente da definição dos direitos, obrigações e políticas digitais é tão importante quanto o engajamento ativo na sociedade civil. Precisamos entender a inadequação das estruturas atuais de governança da Internet e não aguardar que haja um coração benevolente em algum lugar nas entranhas do domínio *Borg*. Participar, resistir e criar, para trazer à tona novos comportamentos e instituições que nos servem e protegem nossa privacidade, nossa segurança e nossas liberdades em busca de um amanhã melhor.

10. INOVE – a inovação hoje sofre a influência da mentalidade passiva de *Borg*. Ela concentra-se em um espectro limitado de inovações a serviço de oligopólios e mineradores abusivos de dados. Os profissionais de dispositivos e aplicativos digitais precisam de incentivo e suporte para trabalhar e criar espaços onde ainda são possíveis inovações que priorizem o bem comum.



11. DIVULGUE – a importância e o significado de uma nova cidadania digital global, baseada em dignidade e integridade, não se restringe apenas ao bem-estar de nossa personalidade. O virtual e o real são inseparáveis na busca de objetivos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Precisamos de conversa e comunicação. Se o uso indevido de dados digitais permanecer a norma, as estratégias digitais desejáveis serão impossíveis. O diálogo baseado nos valores da cidadania digital global pode enfrentar os desafios comportamentais e regulatórios e nos ajudar a alcançar nossos objetivos em todas as áreas da vida, como arte, cultura, segurança alimentar, mudanças climáticas e saúde, para citar apenas algumas.

12. AFASTE A CORTINA – em todas as religiões seguidores procuram resistir aos falsos profetas. Alguns dos pioneiros mais importantes da Internet adaptaram-se cedo aos *Borg*. Abandonando a cautela científica de seu treinamento, proclamaram não causar danos ao se tornarem missionários da Internet para ajudar na conquista *Borg*. Mesmo a tecnologia subjacente à Internet não é imune aos desejos dos *Borg*. “Quem faz o que?” em termos de governança da Internet ainda não completamente respondida. Concorrentes como ICANN e ITU competem enquanto se envolvem em uma valsa lenta sob um disfarce pluralista e multilateral.

13. CUIDE-SE – o *Borg* é mais forte quando menos se espera. O monstro *Borg* sabe como esconder-se à vista de todos. Como resposta às suspeitas sobre as reais intenções, o *Borg* implementa serviços *Borg* para tornar o domínio mais atraente. No entanto, apesar das atrações

óbvias de uma cornucópia de serviços gratuitos ou baratos, os monstros *Borg*, como vampiros do sangue digital, devem sustentar-se em uma dieta que consome os dados dos clientes, evitam a luz do dia e escondem a erosão de sua própria dignidade e integridade.

No entanto, há esperança; sempre há esperança. Além da nossa presença temporária submetidos ao domínio *Borg*, ainda sentimos a brasa quente de nossa humanidade original. A integridade digital como objetivo é revivida quando as tecnologias e seu uso dos dados digitais ocorrem em um contexto que é inaceitável e antiético. Quando a propriedade dos dados e os termos de uso são totalmente compreendidos, podemos restaurar sua concordância com as noções de bem comum encontradas em políticas e regulamentos e incorporadas a práticas socialmente aceitáveis.

A sociedade determina o valor da tecnologia. A tecnologia não exige das sociedades normas comportamentais e políticas. No curto prazo, a velocidade de desenvolvimento e implantação da Internet superou nossas habilidades de modelar políticas públicas digitais e de construir um ecossistema da Internet que incorpore a integridade digital.

É um sinal dos tempos que legisladores estão tentando combater as queixas existentes em relação ao acesso e uso de dados pessoais. No entanto, esses esforços louváveis ainda ficam aquém da noção de uma cidadania digital global.

Estamos em um ponto em que o progresso no ecossistema da Internet dependerá de atingirmos a maturidade digital básica e consagrarmos a integridade digital para todos. É aqui que o próximo grande passo na inovação da Internet ocorrerá. ■

POLITICS

Uma publicação do Instituto Nupef | abril-julho de 2020 | <https://nupef.org.br>

30

EDITOR CARLOS A. AFONSO • TRADUÇÕES DIONA CASTRO E CARLOS A. AFONSO • REVISÃO DIONA CASTRO E PAULO DUARTE • COORDENAÇÃO TÉCNICA PAULO DUARTE • PROGRAMAÇÃO VISUAL LIQUIDVISION

COMITÊ CONSULTIVO[*] AVRI DORIA • CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA • DEIRDRE WILLIAMS • DEMI GETSCHKO • GRACIELA SELAIMEN • JEREMY MALCOLM • JOÃO BRANT • LOUIS POUZIN • MARILIA MACIEL • MAWAKI CHANGO • VALERIA BETANCOURT

[*] *Mais detalhes sobre os membros do Comitê Consultivo em <https://politics.org.br>*

Os textos publicados aqui são de responsabilidade de seus autores, não necessariamente representando os pontos de vista das entidades às quais estão vinculados, salvo indicação explícita em contrário.

A tiragem das nossas edições é pequena. Se você quiser receber gratuitamente a edição impressa, envie um e-mail para politics@nupef.org.br com seu nome, endereço completo - incluindo o CEP - e a sua área de atuação.

Todas as edições estão disponíveis em <https://politics.org.br>

A **POLITICS** procura aderir à terminologia e abreviaturas do Sistema Internacional de Unidades (SI), adotado pelo Instituto Nacional de Metrologia do Brasil (Inmetro). Assim, todos os textos são revisados para assegurar, na medida do possível e sem prejuízo ao conteúdo, aderência ao SI. Para mais informação: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/unidLegaisMed.asp>

Originais compostos em LibreOffice e Linux.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



VEDADA A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

• *Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.*

• *Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.*

ISSN: 1984-8803

Visite <https://politics.org.br>

Apoio



O Instituto Nupef é uma organização sem fins de lucro, dedicada à reflexão, análise, produção de conhecimento e formação, principalmente centradas em questões relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas relações políticas com os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Além de realizar cursos, eventos, desenvolver pesquisas e estudos de caso, o Nupef edita a **POLITICS**, a Rets (Revista do Terceiro Setor) e mantém o projeto Tiwa – um centro de serviços Internet que serve de apoio técnico aos projetos do instituto e das entidades parceiras.

POLITICS



<https://nupef.org.br> . <https://politics.org.br> . <https://espectro.org.br> . <https://rets.org.br> . <https://tiwa.org.br>